



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

NAIRA SAIKI SILVA

**IMIN 100, cem anos de amizade?**

**A desconstrução do discurso identitário nipo-brasileiro na comemoração do  
centenário de imigração japonesa em 2008**

---

Londrina

2013

NAIRA SAIKI SILVA

**IMIN 100, cem anos de amizade?**

**A desconstrução do discurso identitário nipo-brasileiro na comemoração do centenário de imigração japonesa em 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André

NAIRA SAIKI SILVA

**IMIN 100, cem anos de amizade?  
A desconstrução do discurso identitário nipo-brasileiro na comemoração do  
centenário de imigração japonesa em 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de História da Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciatura em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Marcio Santana  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Cacilda Maesima  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 19 de novembro de 2013.

Dedico este trabalho à *Batian* e *Ditian*.

## AGRADECIMENTO (S)

Antes de agradecer, sinto a necessidade de expor uma pequena reflexão minha sobre a gratidão. Acredito que este sentimento se desenvolve a partir das “doações” feitas pelas pessoas de minha convivência. Foram ações de todos os tipos, não me abstenho em dizer que somente foram alegrias ou harmonias, pois assim como a história a vida não é feita somente de conformidades. Também gostaria de esclarecer que mesmo para aquelas pessoas que não agradei com palavras verbalizadas, faço no silêncio um sentimento de gratidão muito maior do que poderia expressar em discursos.

Sem mais delongas, gostaria de agradecer primeiramente àquele que me refiro como Amor Eterno, que me manteve viva até os dias atuais, sou grata eternamente. Em segundo lugar e não menos importante, agradeço ao meu companheirinho dos últimos cinco anos, que sempre será a minha inspiração e razão de viver. Agradeço aos meus geradores, que ao longo de toda a minha vida, sejam próximos ou distantes, tentaram neste momento de “crise” ser compreensíveis. Não posso me esquecer de seus respectivos companheiros, pois mesmo não sendo “sangue do meu sangue”, contribuíram como podiam. Agradeço a “Zé” pela força que deu nos momentos de desespero, me faço grata com palavras a ela, já que as pequenas ações não são suficientes.

Agradeço a trupe de amigos e colegas, que com alegrias e brigas estiveram ao meu lado me aconselhando, divertindo e aguentando, pois sei que conviver comigo não é nada fácil. Sempre estiveram com palavras de esperança me reconfortando, doando tempo e paciência, além de broncas e brigas. Que entre risadas, choradeiras, músicas, reflexões e longas conversas de dez minutos foram companheiros. Valeu galera!

Gostaria também de agradecer ao “Maestro”, conselheiro e paciente que me auxiliou e muito na “composição” deste trabalho. Seja usando de seus conhecimentos acadêmicos ou entre conversas descontraídas, que junto a sua “pequena aprendiz” fez de uma imaginação um papel escrito, sempre lutando contra o fim do tempo que desde o início de nossa jornada nos acompanhou. Agradeço ao “último mestre”.

Agradeço à conselheira e atenciosa Cacilda Maesima, que auxiliou nos primeiros momentos desta pesquisa quando ainda eram apenas “notas” esparsas. Agradeço aos conselhos e orientações doados de boa vontade à minha pessoa.

Agradeço às “socorristas” dos problemas burocráticos, que sempre estiveram auxiliando os alunos seja com conselhos amigos ou em burocracias acadêmicas. Agradeço da

mesma forma à Chefe de Departamento que se preocupou e atentou aos problemas dos alunos, não nos deixando em segundo plano para poder “aprimorar” seu currículo, mas que realmente se preocupou em atender às nossas questões, sendo ótima professora e chefe.

Agradeço aos professores que me acompanharam na graduação. Com suas aulas pude entender um pouco mais sobre a História, e sem estas algumas ideias deste trabalho não teriam sido pensadas.

Por fim, agradeço também a Banca Avaliadora que doou seu tempo e paciência para ler e avaliar este trabalho.

Se eu tivesse o dom de falar em outras línguas sem tê-las aprendido, e se pudesse falar em qualquer idioma dos homens ou dos anjos, e no entanto, não tivesse amor, eu seria como o sino que ressoa ou um prato que estaria só fazendo barulho. (1 Cor. 13,1- 7)

SILVA, Naira Saiki. **IMIN 100, cem anos de amizade?** A desconstrução do discurso identitário nipo-brasileiro na comemoração do centenário de imigração japonesa em 2008. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo desconstruir o discurso identitário de caráter harmônico do nikkei veiculado em 2008, ano em que foram comemorados os cem anos da imigração japonesa no Brasil. Como contraponto, pretende-se contextualizar historicamente as décadas de 1920, 1930 e 1940, período de destaque da presença nipo-brasileira no Norte do Paraná. Pretende-se utilizar como fonte, propagandas que foram veiculadas no jornal Impresso Paraná Shimbun. Como metodologia, foi necessário compreender o jornal como fonte segundo as sugestões de análise de Tania Regina de Luca (2008), entre outros autores. Em relação às propagandas, serão utilizadas as proposições de Luiz Hermenegildo Fabiano (2009), bem como as proposições metodológicas para analisar as fotografias presentes nas propagandas feitas por Boris Kossoy (2002). Como resultados, demonstrou-se como a imagem do nipo-brasileiro foi manipulada e reconstruída, de forma que as propagandas auxiliaram na configuração de estereótipos no âmbito da memória coletiva.

**Palavras-chave:** Imigração. Nikkei. Identidade. Propaganda. Memória.



SILVA, Naira Saiki. **Imin 100, hundred years of friendship?** The deconstruction of identity discourse of the Japanese-Brazilian on commemoration of one hundred years of Japanese immigration. 2013. Final Coursework (Graduation in History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

This research aimed to deconstruct the harmonic identity discourse of the Nikkei aired in 2008, the year in which it was celebrated the centenary of Japanese immigration to Brazil . As a counterpoint , we intend to contextualize historically the 1920s, 1930s and 1940s, a period of prominence of the Japanese-Brazilian presence in Northern Paraná. We intend to use as a source advertisements that were aired in printed newspaper titled Paraná Printed Shimbun. As methodology, it was necessary to understand the journal as the source according to the suggestions analysis of Tania Regina de Luca (2008), among other authors. Regarding advertising, it will be used propositions of Luiz Hermenegildo Fabiano (2009) as well as methodological approaches to analyze the photographs present in advertisements made by Boris Kossoy (2002). As result , it was shown how the image of the Japanese-Brazilian was manipulated and rebuilt, since advertisements helped in setting stereotypes within the collective memory.

**Keywords :** Immigration. Nikkei. Identity. Advertising. Memory.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
KKKK	Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha
BRATAC	Brazil Takushoku Kumiai (Sociedade Colonizadora Brasileira)
ACEL	Associação Cultural e Esportiva de Londrina
ACIL	Associação Comercial e Industrial de Londrina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
Propósitos da pesquisa.....	12
<b>1 MEMÓRIAS E HISTÓRIAS</b> .....	16
1.1 Propagandas e imagens como fontes para História.....	19
<b>2 O DISCURSO SILENCIADO DO “IMIN 100”: CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO E DISCURSO RACIAL</b> .....	23
<b>3 IMIN 100, A FESTIVIDADE NO TEMPO PRESENTE</b> .....	39
3.1 Análise do Impresso Paraná Shimbun.....	41
3.2 Os bastidores da festividade.....	46
3.3 Análise das Fontes publicitárias.....	51
3.4 Síntese da análise.....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

No ano de 2008, eram comemorados os cem anos da imigração japonesa no Brasil. O Governo Municipal de Londrina movimentava-se para a recepção do príncipe herdeiro do trono imperial japonês, Naruhito, nas terras brasileiras. Em Londrina, a construção da Praça Tomi Nakagawa estava em fase final: tentava-se reconstruir ali um pedaço do Japão, representado por meio de monumentos como a entrada de um templo xintoísta, assim como o “mar de pedra”, trazendo-nos a memória da travessia do mar. A praça seria inaugurada, juntamente com a figura real, pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, ambos em gestão naquele momento, durante a festividade do “Imin100”, que ocorreria em junho do mesmo ano.

A expectativa era grande, descendentes de japoneses e brasileiros aguardavam o momento da visita das autoridades à cidade. Os veículos de informações (como os jornais Paraná Shimbun e Folha de Londrina), durante o ano de 2008, comentavam sobre o assunto. As empresas se apropriavam do acontecimento para vender seus produtos, como farmácias, mercados e escolas. Os estereótipos sobre o Oriente construídos no decorrer do tempo eram utilizados nestas propagandas, que passavam a imagem dos japoneses como os “inovadores” tecnológicos, honestos, trabalhadores, agricultores, dedicados e disciplinados, entre outras qualificações que compunham os discursos da propaganda. Além desta visão sobre os orientais, também era veiculado nesses mesmos impressos, a “harmonia” e a mais singela amizade entre os dois povos, Brasil e Japão. O discurso foi tecido como se nunca houvesse ocorrido nenhum conflito durante os 100 anos que se passaram desde a chegada do navio Kassato Maru em 1908, trazendo os imigrantes para as novas terras, que viriam a ser o seu novo lar.

Tendo em vista essas considerações, pretendo desconstruir o discurso identitário sobre o nikkei<sup>1</sup> produzido durante o conjunto de festividades relacionadas ao Imin 100, no ano de 2008. No contexto histórico sugerido, foram criadas propagandas televisivas e impressas que utilizavam discursos de que a imigração japonesa, por cem anos, teria sido harmoniosa. Como contraponto, abordarei as décadas de 1920, 1930 e 1940, especialmente o período da Segunda Guerra Mundial, que marcou a vida de muitos imigrantes, tanto de japoneses como italianos e alemães. Tendo em vista que o Brasil entrava como aliado dos EUA, enquanto o Japão permanecia ao lado da Alemanha e Itália, a trajetória dos imigrantes nas novas terras se

---

<sup>1</sup> Segundo Noemia Hinata (2005, p. 135), “[...] pessoa(f) de origem japonesa [...]” que reside fora do Japão.

tornava cada vez mais difícil. Segundo Marcos Losnak e Rogério Ivano (2003, p. 77): “Alemães, italianos e japoneses tiveram suas escolas fechadas, jornais e rádios foram proibidos de circular e irradiar notícias. Até mesmo falar o *nihongo*<sup>2</sup> publicamente não era mais permitido.” Nesse contexto histórico, a relação étnica tomava um novo rumo na história dos imigrantes japoneses. A memória da geração que presenciou o tempo de guerra permaneceu calada pelo sofrimento, revivendo as lembranças em silêncio, apesar do discurso harmônico existente no Imin 100 (BURKE, 2000).

Como fonte utilizei propagandas encontradas no periódico Paraná Shimbun no ano de 2008, tendo em vista a exploração do discurso e das imagens inseridas em tais documentos. De acordo com Ana Cristina Teodoro da Silva:

A imprensa de circulação nacional é uma das produtoras privilegiadas do imaginário da nação e dos lugares da memória. É rica em exemplos sobre como a memória histórica é gerada de acordo com interesses do presente; no caso, de acordo com a imagem que se ajusta ao meio de comunicação, no momento. (SILVA, 2011, p. 10)

A partir das propagandas impressas, podemos identificar alguns elementos em sua composição, tais como as imagens, os símbolos e os elementos verbais. Tratam-se de propagandas publicitárias em que eram tecidos os discursos identitários sobre o nikkei. Também será utilizado como fonte o próprio Paraná Shimbun, no qual a propaganda analisada está inserida, auxiliando na contextualização histórica do ano de 2008. Outra fonte de apoio são entrevistas realizadas com os testemunhos da festividade.

### **Propósitos da pesquisa**

No decorrer do curso de História da Universidade Estadual de Londrina, tive as disciplinas de Tópicos de Ensino que abordaram a questão da identidade. Nos Tópicos de Ensino de História Medieval e Antiga, pude, por meio de textos teóricos como de Pedro Paulo Funari (2010), refletir acerca da identidade. Para uma melhor compreensão, utilizamos em nossas discussões o exemplo da identidade brasileira. Foi debatido acerca do que os alunos de Ensino Médio e Fundamental poderiam pensar sobre o *ser* brasileiro. Deparei-me com respostas pessoais sobre o assunto, ao pensar, por exemplo, no futebol como característica nacional. Outras possíveis respostas seriam gostar de carnaval, pagode, aderir ao *slogan* “sou brasileiro e não desisto nunca”, ter o “jeitinho” brasileiro, entre outras questões. Todas estas

---

<sup>2</sup> Língua japonesa.

respostas pertencem ao senso comum. Então, baseando-me nas reflexões teóricas, iniciei o questionamento a respeito da temática “identidades”. Após o levantamento destas questões, comecei a pensar sobre a identidade *nikkei*: como ela é vista e definida? Como ocorre a miscigenação cultural? Para refletir sobre a questão da identidade, baseio-me em Funari (2010), que discute sobre as “identidades fluidas” após a Segunda Guerra Mundial, questionando a coesão, a homogeneidade e a harmonia da sociedade. O autor afirma que Claude Lévi-Strauss “[...] marcou, em certo sentido, essa virada em direção à crítica às definições estáticas e rígidas de identidade raciais, religiosas ou outras [...]” (LÉVI-STRAUSS, 1952 apud FUNARI, 2010 p. 12), valorizando a variedade social em que os indivíduos e seus agrupamentos se encontram que estão em “constante mutação”. Funari contextualiza historicamente a Segunda Guerra Mundial, na qual alguns grupos tinham por “objetivo” racista a homogeneização da sociedade, ressaltando concepções como a “raça pura”, ocultando as diferenças existentes em um mesmo grupo social (FUNARI, 2010, p. 11-14). Ou seja, o mesmo *boom* que tenta igualar ou homogeneizar um grupo constituído de diferentes identidades acaba tornando-o mais heterogêneo.

Em minha própria experiência como *sansei*<sup>3</sup>, tenho sido estereotipada por amigos e conhecidos. As pessoas me chamam de “japa”, “japoneusa” (termo possivelmente visto como mistura de “japa”, denominação étnica, e de “neusa”, nome próprio popular comum no Brasil) ou mesmo *nihonjin*, que significa japonês. Além disso, são feitas brincadeiras dizendo que eu deveria estar em um curso de exatas por “ser” japonesa e que deveria saber falar japonês fluentemente. Estes estereótipos não só são aplicados a minha pessoa, mas também a outros que tenham “olhos puxados”. Assim, se mesmo depois de 100 anos de imigração japonesa, eu da terceira geração ainda não tenho minha identidade brasileira reconhecida, o que poderia se dizer dos outros *nikkeis* que vieram para o Brasil? Como afirma Rogério Dezem (2005, p. 112) ao se referir às discussões anteriores a 1908, ano concebido como marco inicial da imigração, ainda no século XIX “Conhecia-se muito pouco o Japão e o seu povo e, praticamente, não se tinha nenhuma informação mais sólida sobre o perfil daquele que seria candidato a imigração.” A pergunta que fica é: como o imigrante era visto no passado? Será realmente harmônica a história do Imin 100?

Na contramão do discurso harmônico construído no Imin 100, a contextualização histórica da presença *nikkei* nas décadas de 1920, 1930 e 1940 permite verificar conflitos étnicos entre brasileiros, japoneses e descendentes, bem como no interior da própria

---

<sup>3</sup> “Cidadão (cidadã) brasileiro (a) neto (a) de emigrante (imigrante) japonês.” (HINATA, 2005, p. 373)

“comunidade” nikkei. Do ponto de vista historiográfico, a maioria das obras encontradas sobre a imigração japonesa é produzida por memorialistas, que escrevem relatos de memória, tais como Homero Oguido (1988) e Tomoo Handa (1987). Baseando-se em suas recordações, teses, artigos, livros e jornais, um desses memorialistas, o imigrante japonês T. Handa, que chegou ao Brasil em 1917, narra a história de outros japoneses que, assim como ele, fixaram seus lares e famílias no Brasil na esperança de encontrar a “terra prometida” (HANDA, 1987, p. 3). Já H. Oguido (1988), aproveitando-se da festividade em comemoração aos 80 anos de imigração japonesa, relata a história dos imigrantes numa relação harmônica com o país que “acolheu” tão bem os novos trabalhadores oriundos do oriente. Este utiliza alguns relatos de memória dos primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil, como, por exemplo, Tomi Nakagawa, também livros referentes à história da imigração japonesa e recortes de jornais regionais para desenvolver a narrativa.

Entretanto, produções acadêmicas têm sido desenvolvidas nos últimos anos. Jeffrey Lesser (2001) discute a questão da identidade dos imigrantes japoneses e descendentes (como também de outros asiáticos, como árabes e judeus) e a negociação de suas identidades no Brasil. Richard André (2009) discorre sobre os estereótipos aplicados aos nikkeis nas comemorações do Imin 100, desconstruindo, de forma preliminar, o discurso sobre as relações harmoniosas entre brasileiros e japoneses, atentando para os debates racistas, entre outras questões.

Outra obra importante é o livro produzido pelo historiador R. Ivano e o jornalista M. Losnak (2003) sobre o imigrante japonês Haruo Ohara, conhecido na contemporaneidade por suas fotografias, que tem sua história narrada em Londrina. O livro, que constitui uma biografia de Ohara, foi produzido utilizando de fontes como entrevistas para a construção da narrativa, bem como outros documentos como livros e periódicos. A tese de doutorado de Cacilda Maesima (2012) trabalha com os locais de fronteira na negociação da identidade nipo-brasileira, tendo como recorte espacial a cidade de Londrina entre as décadas de 1930 e 1958. A partir dos autores apresentados, a pesquisa busca compreender a questão identitária do nipo-brasileiro, assim como entender como havia sido desenvolvido o discurso étnico referente ao imigrante japonês no decorrer do tempo.

A pesquisa tem como recorte espacial a cidade de Londrina, que, como afirma Oguido, seria “[...] o ponto central da evolução japonesa no Norte do Paraná.” (OGUIDO, 1988, p.87). No entanto, a partir do levantamento bibliográfico realizado, a historiografia regional sobre o assunto parece ser escassa. Isso me leva a refletir sobre a existência de possíveis conflitos

étnicos na cidade de Londrina, mais especificamente conflitos que envolvem os descendentes de japoneses. Os materiais encontrados, em sua maioria, foram produzidos por memorialistas, alguns até mesmo financiados pelo governo, poucos tendo sido elaborados por historiadores propriamente ditos. Esse material possui caráter descritivo e harmônico, pouco relatando sobre os confrontos existentes ao longo da imigração. Isso leva ao objeto da pesquisa, a desconstrução do discurso identitário *nikkei* fundamentado no Imin 100, que construiu um discurso de pura amizade e harmonia entre imigrantes japoneses e brasileiros (ANDRÉ, 2009). Busca-se, por intermédio desta festividade, desconstruir a imagem ocidental e exótica sobre o japonês. Não se pretende vitimizar o *nikkei*, mas abordar as construções identitárias e conflitos tanto de brasileiros como de japoneses.

A pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, discorro sobre o conceito de memória e suas relações com as fontes estudadas. O segundo trata da contextualização histórica e sobre o discurso racial desenvolvido no decorrer da imigração japonesa no Brasil, sendo enfatizado o recorte das décadas de 1920, 1930 e 1940. Já o terceiro capítulo tem como proposta contextualizar historicamente a festividade e analisar as fontes, isto é, o jornal impresso e as propagandas.



## 1. MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

São discutidos, a seguir, os principais conceitos que norteiam a pesquisa. Jacques Le Goff (1984), dialogando com a área da Psicologia, enfatiza a importância e a utilização da memória nas diferentes sociedades, desde aquelas sem escrita até as contemporâneas. A escrita desempenharia papel fundamental para a memória, pois a partir do documento escrito pode-se encontrar as suas duas funções principais:

Uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro; a outra, ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, rectificar frases e até palavras isoladas (GOODY, 1977 apud LE GOFF, 1984, p. 17)

Na Antiguidade, a importância da memória podia ser verificada na legitimação do poder real, ressaltando os feitos dos soberanos. A memória, a partir da escrita, ganhou importância não somente como forma de reconstrução da tradição, passada por meio da oralidade, mas também relacionada a questões políticas e econômicas de cada sociedade. Segundo Jean Pierre Vernant (1965 apud LE GOFF, 1984, p. 20), “A memória, distingui-se do hábito, representa uma difícil invenção, a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual, como a história constitui para o grupo social a conquista do seu passado colectivo.”

Todavia, as recordações não são apenas individuais. Burke (2000, p. 72) delinea a questão ao afirmar que “[...] as ideias dos indivíduos são influenciadas pelos grupos a que eles pertencem [...]”, remetendo à possibilidade de trabalhar com a memória coletiva. Como sublinha André (2009), a própria palavra “comemoração” remonta à raiz “memória”: “A palavra ‘comemorar’ deriva do prefixo ‘co’, que significa ‘junto’, e do radical ‘memor’, que remete à memória. Portanto, de modo geral, seria algo como ‘lembrar conjuntamente’ de determinado fenômeno.” (ANDRÉ, 2009, s/p.). Nesse sentido, lembrar de um acontecimento e “comemorar-lo” não constitui questão individual, envolvendo os grupos sociais que se lembram. Segundo Burke (2000, p. 70):

[...] as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para o seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna

parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado.

As influências dos grupos sociais continuam nas formas de “transmissão” da memória, que precisam despende esforço para que certas questões permaneçam memoráveis (BURKE, 2000). Le Goff (1984) chama a atenção para os meios de perpetuação, atinando para a oralidade, principalmente nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”; a escrita, na Antiguidade, que permite à memória encontrar suporte documental; os ritos, principalmente a partir da difusão do Cristianismo no período medieval, que tinha como objetivo perpetuar a tradição religiosa para o ensinamento do culto e da comemoração cristã; no período renascentista, a memória utiliza-se da arte, renascendo dos aspectos da Antiguidade, que além da escrita abarcava também as imagens; a imprensa, no período moderno, envolvendo a inscrição reprodutível, bem como a censura sobre a memória; e, por fim, na contemporaneidade, as próprias informações computadorizadas, armazenadas em bancos de dados.

A discussão sobre a memória envolve também questões relacionadas à construção de identidades, na medida em que é a partir do “[...] uso do passado, da memória social e dos mitos [...]” (BURKE, 2000, p.83) que se dá a definição de identidade. Partindo da obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, Burke (2000) afirma que pela “busca de tradições nacionais” constroem-se eventos, ostentados pelos monumentos, que legitimam a existência dos estados-nação. Todavia, é válido lembrar que a identidade é fluída e não homogênea. De acordo com Funari (2010, p.14), há diversos tipos de memória, como as de “[...] família, local, nacionais [...]”, de forma que a identidade também é múltipla. Tanto a memória como a identidade sofrem influências sociais, uma vez que há grupos que se identificam com determinadas memórias, o que Burke (2000) denomina “comunidades de memória”. Le Goff (1984, p. 46) afirma que a memória “[...] é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

Refletindo sobre a identidade nas biografias, Pierre Bourdieu (2006), em conformidade com a ideia de Burke, afirma que a vida não constitui uma linha cronológica com começo, meio e fim, mas uma série de casualidades que compõem a história de vida do indivíduo. A biografia, por sua vez, eliminaria todas as contradições criando um fio condutor e harmônico em direção a um destino antecipado. Partindo desta perspectiva, embora Bourdieu aborde a memória individual e não coletiva, seria possível afirmar que o passado

seria constituído de conflitos, convertido num discurso harmônico e ilusório por meio da memória social, o que será pensado nas próximas páginas do trabalho.

Nesse sentido, como parte constituinte da identidade social, por vezes a memória social é manipulada pelos grupos, instrumentalizada como objeto de poder. Ela pode passar por uma remodelação, sendo utilizada como aquilo que será de agrado a um grupo social, como uma classe dominante, como aponta Le Goff (1984), demonstrando a utilização da memória como relação de poder. Isso se assemelha, em esfera individual, à escrita da biografia, em que, por vezes, procura-se escrever a experiência de vida organizada em uma história linear, esquecendo-se das casualidades que caracterizam a formação identitária individual (BOURDIEU, 2006).

Esse tipo de manipulação pode ser verificada na própria festividade estudada neste trabalho. O discurso “harmônico” sobre a imigração, calcada no slogan “cem anos de amizade entre o Brasil e o Japão”, pode ser pensado como forma de construção da comemoração dos cem anos de imigração japonesa que ressalta a ilusão de homogeneidade inerente à relação harmônica entre as duas nações. Entretanto, se nem mesmo a identidade individual é homogênea, como se pensar em uma história envolvendo duas culturas distintas numa harmonia paradisíaca que oculta os choques culturais?

Autores como Ruth Benedict (1972) sugerem que existem fatores na história do japonês que são silenciados e por vezes esquecidos por razões culturais, recordando que a cultura japonesa é calcada num certo silêncio, reticência e discrição do indivíduo. Mas, como ressalta Michel Pollak (1989), o “silêncio” e o “esquecimento” também fazem parte das discussões sobre memória, pois a lembrança traumatizante sobre a qual se silencia devido às características do contexto vivido aguardaria pelo momento adequado para emergir publicamente. Nesse sentido, as lembranças silenciadas não são esquecidas, mas lembradas silenciosamente com o passar do tempo até que possam vir à tona.

A reconstrução<sup>4</sup> da memória, assim como explicado, pode ocorrer de maneiras diferentes. Le Goff (1984) utiliza como exemplos desta perpetuação da memória em diferentes sociedades a oralidade, a escrita, os rituais, os impressos e os bancos de dados. Burke (2000, p. 73) ressalta ainda que “As memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados.”. Mas também na perspectiva de Pollak (1989), nem tudo o que é lembrado é dito, e por vezes, pode ser

---

<sup>4</sup> Prefere-se o conceito de reconstrução àquele de transmissão, que sugere uma ideia de que a memória é transmitida como um todo e sem modificações ao longo do tempo, deixando de lado assim as outras implicações como o silêncio e o esquecimento, que fazem com que a memória seja fragmentária e descontínua.

esquecido ou silenciado. Assim, neste trabalho, os “meios de comunicação” utilizados como fontes reconstrutoras da memória serão as propagandas veiculadas em 2008 como fonte principal, para a análise do discurso harmônico identitário nikkei, e outras como fontes de apoio, impressos, entrevistas, fotografias e documentos produzidos por memorialistas.

### **1.1 Propagandas e imagens como fontes para História**

A partir das “[...] mudanças epistemológicas que ocorreram no campo da história ao longo do século XX [...]” (ANDRÉ, 2009, p. 154), o registro imagético passou a ser uma parte da coleção de “figurinhas” do baú que o historiador pode utilizar como fonte histórica, tomando o cuidado para não ser “[...] aceita e utilizada como prova definitiva, [...] do fato ou dos fatos” da história” (KOSSOY, 2002, p.19). Como ressalta Burke (2004, p. 17), as “[...] imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica.” Neste ponto, em paralelo com o estudo sobre a memória oficial e a análise da imagem fotográfica (que constitui parte das fontes desta pesquisa), segundo Boris Kossoy (2002), a fotografia somente revela aquilo que o autor quer mostrar, o “enquadramento” tanto na fotografia quanto na memória, mostram apenas alguns aspectos selecionados que são “cristalizados” e difundidos criando uma nova “realidade” daquilo que foi utilizado como referencial (BURKE, 2000). Assim como a memória, a fotografia pode ser manipulada e utilizada como “expressões da verdade” que, com seu poder legitimador e manipulador de opiniões, tem seu registro carregado de significados no “enquadramento” feito da realidade escolhida para ser registrada e perpetuada por quem a utilizará de acordo com seus interesses (KOSSOY, 2002).

Compreender a fonte iconográfica e a memória por ela reconstruída não se trata de reduzi-la a uma simples “evidência” (BURKE, 2004) ou “testemunho da verdade” (KOSSOY, 2002), mas entendê-la ou até mesmo lê-la como uma forma própria de linguagem, pois como sugere André (2009, p. 155) “[...] deve-se reconhecer que as imagens possuem uma linguagem que permite a leitura e interpretação.” Assim, existe a necessidade de “desmontar” o signo fotográfico, para que se possa “Decifrar a *realidade interior* das representações fotográficas, seus significados ocultos, suas tramas, realidades e ficções, as finalidades para as quais foram produzidas [...]” (KOSSOY, 2002, p. 23) e entender suas influências na memória social daqueles que viram as propagandas estudadas.

A imagem fotográfica, como instrumento da reconstrução da memória, faz parte de um conjunto de propagandas. Estes meios publicitários, nas palavras de Antônio Sandmann (2007, p. 12) fazendo comparação com a retórica, trazem como função os atos de “[...] persuadir, convencer e de levar a ação por meio da palavra [...]”, utilizando-se de linguagens diversas para conseguir prender a atenção e se comunicar com o seu “destinatário”. Assim, levando em consideração que a imagem fotográfica faz parte deste meio de comunicação, que tem o mesmo papel que a retórica como forma de propagação de ideia, pode-se relacionar a memória e fotografia. Como explica Kossoy:

As diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das idéias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública, particularmente, a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a multiplicação massiva de imagens através dos meios de informação e divulgação. (KOSSOY, 2002, p. 20)

Em paralelo, Luiz Hermenegildo Fabiano (2009, p. 49), ao refletir sobre a construção da propaganda, atenta para o fato de que os “[...] conteúdos da ideologia [...]” são sustentados pela estrutura das mensagens propagadas e seus “[...] níveis de construção [...]”. Assim como a fotografia necessita da desmontagem de seus signos sedutores para compreender a sua “realidade interior”.

A propaganda torna-se, portanto, não somente um instrumento de vendagem, mas além da propagação de ideias, ela legitima valores. Seu erotismo para com o leitor da mensagem faz com que seu inconsciente reinterprete as ideias propagadas, sendo suas ideias apropriadas e reconstruídas pelo leitor. Fabiano (2009) ainda apresenta o exemplo do ideal de mulher emancipada para aludir a essa ideia de reinterpretação de valores na legitimação de uma identidade estereotipada presente nas propagandas:

O princípio de que esse didatismo lúdico contribuiria para forjar um tipo de mulher emancipada, em sintonia com as novas conquistas femininas, oculta na verdade a incorporação de estereótipos pelos quais a autonomia social é confundida com investimentos na imitação aparente dos valores, ao contrário de vivenciá-los como experiência e construção de identidade. (FABIANO, 2009, p. 51)

Ao relacionar essas ideias com a memória social, a partir das considerações de Burke (2000), compreende-se que a perpetuação da memória pode também apresentar estereótipos distorcidos no “enquadramento” de aspectos positivos ou negativos de um indivíduo ou grupo social. Fazendo com que algo seja lembrado da forma idealizada no

interior da memória “cristalizada”, veiculando assim uma representação distorcida da realidade.

Assim, a mensagem construída pela publicidade é sugerida ao seu leitor pelos meios de comunicação presentes no seu contexto social. No caso da presente pesquisa, o meio utilizado trata-se do jornal impresso Paraná Shimbun, difundido principalmente dentro da comunidade nikkei (DELIBERADOR, 2011). Também a partir da leitura deste periódico, torna-se possível compreender certa representação do contexto histórico que envolveu a festividade nikkei no ano de 2008, na medida em que se constitui como fonte histórica do tempo presente. Mas este meio de comunicação, assim como a propaganda nele inserida, pode ser visto como um difusor de ideias, embora parcial, selecionando elementos estereotipados da memória e silenciando outros.

Portanto, a manipulação durante a reconstrução da memória vem também acompanhada do silenciamento de elementos que poderiam problematizar estereótipos formados. Por vezes, estas lembranças silenciadas somente são expressas em diálogos com indivíduos que se sintam seguros com o interlocutor, sendo então possível revelar aquilo que foi silenciado (POLLAK, 1989).

Assim, o discurso harmônico de 2008 pode também ser confrontado pelos silêncios revelados em entrevistas abertas feitas com testemunhos oculares do contexto histórico estudado<sup>5</sup>. As entrevistas podem despertar as lembranças adormecidas dos informantes, algumas dolorosas, outras alegres, mas sempre se deve prestar atenção no que o entrevistado está sentindo, pois “Uma entrevista que termina em tom de relaxamento será mais provavelmente lembrada com prazer e levará a outra.” (THOMPSON, 1992, p. 272.).

Entretanto, nem todas as informações são reveladas. As memórias silenciadas pelo constrangimento ou algum outro motivo podem se tornar uma lacuna no relato dos informantes, mas com o devido suporte, seja ele imagético ou até mesmo com a participação de uma pessoa próxima ao entrevistado, é possível auxiliar no que por vezes é guardado no local mais profundo das recordações. Todavia, alguns preferem ficar a sós e em locais reconfortantes, para que assim seja possível revelar o que não foi dito aos participantes do mesmo espaço de convívio (THOMPSON, 1992).

Desempenhando o papel de perpetuação da memória, os livros dos memorialistas também são pertinentes à discussão. Entendê-los implica compreender os aspectos discutidos acerca da memória e suas formas de reconstrução. Os memorialistas, tais como Oguido,

---

<sup>5</sup> Esta fonte servirá como apoio à contextualização histórica, pois se deve levar em consideração os diversos olhares sobre o mesmo objeto, conflitando também com o que é veiculado na imprensa.

procedem à reconstrução da memória, seja ela por meio de entrevistas ou biografias, reconstituindo a história dos testemunhos sem se preocupar com procedimentos teóricos e metodológicos para a produção da memória. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a seleção e a formação de um discurso harmônico do que havia acontecido, embora não em todos os memorialistas: T. Handa (1987) e Seto e Uyeda (2002) mostram-se diferentes em relação ao Oguido (1988), uma vez que este sim apresenta um discurso harmônico da história da imigração japonesa; aqueles, por sua vez, produzem uma memória repleta de tensões. De qualquer forma, é percebido que os livros de Seto e Uyeda (2002) e Oguido (1988) são patrocinados por entidades tanto da comunidade japonesa, bem como pelo governo estadual ou municipal, fazendo parte de uma história pública.

A pesquisa segue no próximo capítulo com o estudo do contexto histórico que vai da década de 1920 a 1940. Este período possui grande relevância na história da imigração japonesa, pois é nele que diversos fatos contrários ao discurso harmônico da festividade “Imin 100” se desenrolam. No próximo capítulo, é pretendido também compreender os discursos racistas que se esboçaram desde antes da chegada do imigrante japonês e continuaram se desenvolvendo ao longo das décadas.

## **2. O DISCURSO SILENCIADO DO “IMIN 100”: CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO E DISCURSO RACIAL**

Para problematizar o discurso do Imin 100, será realizado um paralelo com as décadas de 1920 a 1940. Afinal, como discorre Célia Sakurai (2000, p. 219), “O período que vai de 1924 a 1941 é aquele que concentra os elementos mais significativos da imigração japonesa.” Como a autora observa, número crescente de imigrantes chegam ao Brasil na conjuntura. Outro ponto ressaltado por Sakurai é que, principalmente na década de 1940, a presença japonesa “[...] não se restringe apenas às zonas cafeeiras do interior do estado de São Paulo, mas se estende a outros estados e a núcleos urbanos”, destacando, ainda, que os nikkeis “[...] tem uma história marcada por uma ascensão social rápida, se a posição ocupacional no mercado de trabalho for tomada como parâmetro para essa ascensão.” (SAKURAI, 2000, p. 219).

A apropriação do discurso memorialista pela festividade estudada, de acordo com André (2009), acaba que representando um discurso “generalizado” das memórias dos japoneses e descendentes que aqui estiveram durante os cem anos de imigração. Como este mesmo autor ressalta, nem tudo é revelado, algumas memórias são obliteradas de acordo com um interesse em reconstruir uma história na qual as “memórias incômodas” (BURKE, 2000) acabam “apagadas” pela história pública que procura cristalizar as recordações sociais de acordo com o interesse de certos grupos sociais (POLLAK, 1989).

No caso desta pesquisa, a “memória incômoda” trata do discurso étnico acerca do nikkei. Compreender tal discurso implica a necessidade de entender os discursos racistas fomentados contra os imigrantes não europeus. Pautando-se nas teorias de intelectuais do século XIX e início do século XX que buscavam definir uma identidade brasileira “autêntica”. Eles, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, explicavam a inferioridade ou atraso do desenvolvimento do país em comparação aos países europeus devido às três raças aqui presentes: o indígena, o negro e o branco (ORTIZ, 2005). Num “gráfico” utilizado por Lesser (2001) sugere a hierarquia das três raças, em que nas extremidades estariam o africano e o branco, e no meio o mestiço e o índio. Para certos pensadores do período, existia no Brasil a “necessidade” de embranquecer a raça para que o país progredisse e atingisse o nível europeu, tanto intelectual, moral quanto economicamente, pois as raças inferiores seriam consideradas incivilizadas (ORTIZ, 2005).



Mas como afirma Rogério Dezem (2005, p. 121), os discursos contra os nipônicos não foram fomentados apenas a partir “[...] das teorias racialistas do século XIX [...]”, como também pelo imaginário sobre o Oriente construído pelo Ocidente. Baseados nos códigos de conduta e moralidade, que existem em uma sociedade hierarquizada, na qual cada um tinha seu devido lugar, o Imperador ocupava a mais alta posição nesta sociedade, para o qual era devido devotamento e honra a sua figura divinizada. Estes aspectos culturais do japonês, assim como outros, auxiliaram na construção da imagem do japonês pelo Ocidente.

A primeira pergunta, tomada como ponto de partida neste ponto do trabalho, assemelha-se à de Alice Yatiyo Asari (1992), que se indagou sobre as razões do homem sair de sua pátria, e como ele se adapta ao novo lugar. Asari (1992) delinea os primeiros pontos para encontrar as possíveis respostas:

[...] pode-se então supor que à exceção dos refugiados políticos, a mola propulsora dos deslocamentos, das migrações, será ligada às condições econômicas, porém, não se descartando as aspirações, os ideais dos imigrantes, que podem não ter uma vinculação direta com o econômico. (ASARI, 1992, p. 2)

Podemos aqui fazer um paralelo com o que Sakurai (2000) discorre sobre a razão da emigração dos japoneses para as terras do Ocidente:

A outra razão para o incentivo à emigração é de ordem internacional. O processo de inserção do Japão na economia mundial capitalista ocorre em meados do século XIX, mais precisamente em 1868. A entrada tardia é compensada pelo planejamento e pela aceleração do processo. Para isso, o Japão empreende uma política industrial intensiva, recrutando todos os seus recursos humanos, numa jornada que tem como objetivo colocar o país em condições de competições com as grandes potências mundiais. (SAKURAI, 2000, p. 204)

O argumento de Sakurai (2000) é, também, explorado por Handa (1987), que reflete sobre a modernização do Japão. Segundo o autor, o agravamento da economia japonesa durante a transição do “feudalismo”<sup>6</sup> oriental para o capitalismo foi o que marcou esta vinda em massa de imigrantes para lugares desconhecidos.

No Brasil, de acordo com Lesser (2000), o fim do século XIX é marcado pela necessidade dos grandes proprietários de terras de substituir a mão de obra escrava pela assalariada, pois o período foi marcado pela abolição da escravatura. Mas a procura por trabalhadores assalariados também pendia para a questão racial. Como havia uma discussão sobre o branqueamento da raça brasileira, os olhos da elite cresciam sobre os europeus, porém

---

<sup>6</sup> Este termo é utilizado por diversos autores, tais como Benedict (1972) e Oguido (1988), mas deve-se atentar que este conceito é europeu, ou seja, por mais que a “economia” japonesa pré-1868 se assemelhasse ao sistema feudal europeu, utilizar esse conceito para classificar o sistema econômico do Japão é anacrônico.

estes não eram viáveis para o labor, pois não eram nem baratos e nem servis. Assim, outra raça que se encaixaria tanto nos padrões da política de branqueamento quanto na questão do trabalho, pelo menos para alguns, seria inserida no país: “[...] Eles vinham da Ásia longínqua, um lugar onde poucos haviam estado, mas que todos conheciam [...]” (LESSER, 2000, p. 31 e 32).

Primeiramente, a tentativa de utilização da mão de obra asiática foi marcada pela importação de trabalhadores chineses, vistos como solução para o “problema africano”, isto é, recordando a crise de mão de obra gerada pelo processo abolicionista, e também, pela tentativa de inserção do cultivo de chá, devido à crise da plantação da cana-de-açúcar. Porém este novo grupo de imigrantes era mal visto por uma parte da elite brasileira, que negava a sua entrada no país, pelo pretexto de que se criaria uma nova categoria de escravos. Lesser (2001) cita uma queixa de um membro da Assembleia Legislativa da Bahia: “[...] os chineses eram ‘deformados física e moralmente; usam ópio, matam seus filhos e são desleais, egoístas e dados à mendicância; sua única virtude é a paciência’.” (PINTO, 1876 apud LESSER, 2001, p. 55). Já outra parte aceitava os chineses e dizia que seriam melhores que os europeus, pois eram considerados mais eficientes (LESSER, 2001). As pretensões da utilização da mão-de-obra chinesa, de acordo com Dezem (2005, p. 100 e 101), era de que: “[...] o *chim* seria apenas uma *machina de trabalho*, e não um imigrante com direitos a se radicar e criar raízes: ele não viria para colonizar, mas como *instrumento transitório de trabalho a baixo custo* e não se misturaria com a população.” Diversas discussões seguiram-se, mas nenhuma acabou por estabelecer-se ao certo. Mas um fator importante a ser ressaltado a partir das discussões acerca da mão-de-obra chinesa é: “[...] até que ponto o discurso antichinês interferiu na formação de um discurso formalizado contra ou a favor do japonês?” (DEZEM, 2005, p. 48). Questão que posteriormente será tratado.

A difícil convivência com os imigrantes amarelos, chamados de “ladrões de galinha”, e também pela questão da miscigenação racial, fez com que o discurso antichinês ganhasse voz nas discussões sobre a continuação da importação ou não desta mão de obra:

A Câmara adotou uma postura mais agressiva, com Joaquim Nabuco usando de linguagem bélica para “combater” a “imigração amarela”, que, como ele continuava a afirmar, viria a criar uma nova classe de escravos. A posição ostensivamente humanitária de Nabuco mal conseguia disfarçar seus preconceitos: “Etnologicamente, porque vem criar um conflito de raças e degradar as existentes no país... moralmente, porque vem introduzir na nossa sociedade essa lepra de vícios que infesta todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece. (LESSER, 2001, p. 56)

Ainda assim as negociações sobre a vinda dos chineses continuaram, e só findaram numa visita de dois representantes dos que importariam a mão de obra chinesa para o país que não entraram em acordo formado pela discordância da proposta que traria milhares de chineses ao Brasil-(LESSER, 2001). Nas palavras de Dezem (2005):

As últimas tentativas relativas à mão-de-obra chinesa se prolongaram até o ano de 1883, quando o governo brasileiro, ao ratificar um tratado de relações comerciais com a China em 1882, organizou a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa em sociedade com a companhia chinesa de navegação China Merchants. D. Pedro II, apesar de ser considerado um homem de cultura e de uma visão moderna, negou a subvenção para a manutenção de uma linha de navegação entre o Brasil e a China. (DEZEM, 2005, p. 102)

Outro ponto importante a ser aqui ressaltado, é que não só por esta razão a entrada dos imigrantes chineses não teria sido bem sucedida, mas também pelas discussões antiescravistas tanto no país como fora, bem como pelas opiniões europeias e públicas que auxiliaram no fracasso da tentativa de trazer grande número de imigrantes da China. Mas os que entraram foram suficientes para marcar os estereótipos do imaginário social do período, assim como a imagem do japonês a partir do século XX (DEZEM, 2005).

Após a tentativa fracassada da inserção de mão de obra chinesa, vista como mão de obra transitória para a cobertura da falta de trabalhadores africanos, os debates sobre quem seriam os substitutos da vez seguiram o final do século XIX. As comparações entre Japão e China fizeram com que o japonês ganhasse a vez na imigração. O chinês “[...] avaliado como representante de “raça inferior”, a China era considerada pelas potências brancas europeias em meados do século XIX como um Império decadente.” Já o Japão, principalmente no período posterior à Guerra contra os chineses (1894-95) e contra a Rússia entre 1904 e 1905, na qual saiu vitorioso passou a ser visto como uma grande potência, superior à China. Os japoneses eram considerados os brancos do Oriente asiático (DEZEM, 2005).

Todavia, a partir da derrota chinesa, o Ocidente, que desconsiderava o poderio militar do Japão, dizendo que o país era uma “raça alegre” e que não conseguiria ir muito além, se surpreendeu com sua vitória na guerra sino-japonesa, considerando o arquipélago “[...] não como uma potência rival, mas como um país que começava a ‘incomodar’.” (DEZEM, 2005, p. 143).

As discussões sobre a mão de obra no Brasil continuaram e, em 1895, tentava-se estreitar as relações com o Japão que poderia vir a ser o novo “distribuidor” de trabalhadores para o país. Assim, foi realizado “[...] o Tratado de amizade, comércio e navegação assinado

em Paris por ambos os países no dia 5 de novembro de 1895. Esse episódio marcou oficialmente o início das relações diplomáticas entre Brasil e Japão.” (DEZEM, 2005, p. 111).

Contudo, enquanto isso, em Curitiba, no Paraná, as discussões eram contrárias à vinda destes imigrantes, partindo de três fatores: preconceito racial, política e imprensa, que viriam a constituir a força de resistência em relação à entrada destes imigrantes (SETO; UYEDA, 2002). Não só Curitiba se mostrava desfavorável à vinda dos asiáticos, mas também, no final do século XIX, o Estado de São Paulo promulgou uma lei que permitia somente a entrada de imigrantes de origem europeia – Lei Estadual n. 356. Mas entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o pensamento era diferente, já se refletia sobre como e quantos imigrantes poderiam ser trazidos (DEZEM, 2005).

Enquanto as decisões não eram tomadas, parte dos trabalhadores de origem europeia que aqui estavam começaram a deixar o país, superando o número de entrada (DEZEM, 2005). De acordo com Lesser (2001), quando Sho Nemoto, súdito do império japonês, chegou ao Brasil ainda em 1894, observou que, mesmo que sendo os preferidos do país, “[...] alguns imigrantes italianos já haviam sido deportados sob a acusação de ‘anarquismo’, e a procura por uma gente mais dócil havia começado.”. Aproveitando a deixa, Nemoto, ciente das situações que se encontravam os dois países, “[...] vendeu a imagem dos imigrantes japoneses como sendo tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros.” (LESSER, 2001, p.154)

Assim, cada vez mais a necessidade de mão de obra aumentava no “país tropical”. Enquanto isso, no império do Crisântemo, a Restauração Meiji que objetivava o crescimento econômico rápido e também a volta do governo centralizado no imperador e não mais na divisão entre o Xogunato<sup>7</sup> e o Imperador, descontentava muitos agricultores que se viam prejudicados pelo aumento dos tributos devido pelos senhores de terra – os *daimio* (BENEDICT, 1972). Segundo Handa (1987, p. 72):

Na fase de transição da era feudal para a capitalista, a economia mercadológica e monetária trouxe reflexos de vária ordem para a comunidade rural, até então submetida a velhos padrões. Uns perderam terras, outros ficaram desempregados, e quando a estrutura da sociedade até então vigente começou a desmoronar, passou a aumentar o número dos que saíam para tentar ganhar dinheiro em outras localidades ou se afastavam das regiões em que moravam em busca de novos empregos na metrópole. E se a industrialização de um país se mostrava insuficiente, incapaz de absorver os trabalhadores saídos do meio rural, então era imperioso deixar a família

---

<sup>7</sup> O Xogum consistia em um tipo de governo em que o próprio imperador nomeava um General para exercer o poder através da força armada. Literalmente Xógum significa “Generalíssimo dominador dos bárbaros” (BENEDICT, 1972, p. 56 a 63).

no interior e tentar ganhar dinheiro em outras localidades. Quando se ia para o exterior, a emigração se caracterizava pelo objetivo de ganhar dinheiro.

Mas os objetivos dos dois países também eram outros, o Japão tinha o objetivo também de “[...] aliviar as pressões sobre a terra e, ao mesmo tempo, criar colônias que cultivariam gêneros alimentícios que seriam reexportados para o Japão.” (LESSER, 2001, p. 155). No Brasil, continuava a falta de mão de obra, mas ambos almejavam o aumento da relação comercial entre eles (LESSER, 2001).

Para virem ao Brasil, era necessário que algumas exigências fossem cumpridas pelos imigrantes, um delas era a questão da família composta por três membros, denominados “três enxadas”. Mas nem todos os candidatos eram casados ou tinham membros o suficiente para cumprir a exigência do governo, assim sendo, muitos se casavam antes de embarcarem ou chamavam aparentados para completar o número de pessoas necessário e até mesmo agregavam estranhos, numa adoção formal (ASARI, 1992). Os acordos também se referiam sobre como seria financiada a vinda de imigrantes para o Brasil. Em conformidade com Asari (1992), Célia Sakurai aponta os principais elementos do contrato que regeu a vinda dos imigrantes nipônicos ao Brasil:

Para dar início oficial à imigração para o Brasil, acerta-se que o governo brasileiro pagaria a passagem de terceira classe em navios que partem do porto de Kobe para o de Santos, em São Paulo. As despesas da viagem são repassadas aos fazendeiros que depois as deduzem do pagamento aos trabalhadores. O acordo inclui ainda as condições para a imigração de japoneses: a vinda de famílias com pelo menos três pessoas aptas para o trabalho, não importa o sexo e a idade, e o contrato como colono numa fazenda de café pelo período de dois anos. É uma relação de trabalho assalariado, com a particularidade do colonato paulista da época do café, que permite o cultivo de culturas intercalares como as de milho e do feijão, cujo excedente pode ser comercializado pelo imigrante. O destino das famílias japonesas já está estabelecido antes da saída do Japão: é a agricultura no interior do estado de São Paulo. (SAKURAI, 2000, p. 208)

Desta maneira, a saída que o Japão encontrava como forma de resolver o problema do excesso populacional era o envio do excedente demográfico para outros países como Haváí, Estados Unidos e Peru. Em 1908, após as vitórias alcançadas pelo Japão, tanto contra a China quanto contra a Rússia, os japoneses, os “brancos da Ásia”, passaram a ser aceitos como imigrantes no Brasil. Assim, em 18 de junho de 1908 o Navio Kasato-Maru, com 781 japoneses a bordo, aporta em Santos, marcando oficialmente o início da imigração japonesa no Brasil (DEZEM, 2005). Chegaram com a esperança de logo voltarem para a “Pátria”, trabalhar no “novo mundo”, enriquecer e regressar. Era o que as empresas de emigração japonesa mostravam nas propagandas veiculadas (LESSER, 2001). Na visão de Oguido

(1988), a vinda dos japoneses ao Brasil seria uma oportunidade decorrente da libertação dos escravos, pois os imigrantes “pobres”, enquanto não conseguiam dinheiro para comprar terras no Brasil, dependiam da “bondade” e do dinheiro que ganhassem de seus patrões, sendo levados às lavouras de café para trabalhar.

Os que esperavam o desembarque dos novos braços servis a bordo do navio *Kasato Maru* se perdiam em receios construídos após a vinda dos chineses e também por conta do poderio militar japonês que se destacava pelo fato de terem ganhado a guerra contra a Rússia. Os discursos sobre os japoneses pairavam entre “feios e baixos” e “inimigos” (LESSER, 2001, p. 160). Mas uma das questões mais preocupantes era acerca da possível miscigenação étnica, que poderia ameaçar a tentativa de “embranquecimento” do Brasil que, a partir da teoria da eugenia fomentada no século XIX pelos intelectuais racistas, visavam um Brasil com uma única raça, portanto a imigração asiática só viria a prejudicar o sonho da homogeneidade (LESSER, 2001).

Mas ao botarem os pés para fora do navio, muitos ficaram boquiabertos em ver como os japoneses se vestiam como os europeus, pois se tratava de uma das exigências estabelecidas aos imigrantes (OGUIDO, 1988, p. 45), além de se manterem limpos mesmo depois da viagem. Os alojamentos e refeitórios encontravam-se limpos. A boa educação também era impressionante. Assim esta primeira impressão foi de grande importância para que as opiniões estereotipadas dos brasileiros mudassem, pelo menos por um tempo. “A raça é muito diferente, mas não inferior”, ou mesmo dizendo que “intelectualmente o japonês é de uma superioridade espantosa” (LESSER, 2001). Deste modo, a ideia sobre a miscigenação já era vista sob outra perspectiva, os japoneses poderiam levar o Brasil a uma situação econômica e militar melhor, caso fosse recriada no país a “[...] sociedade homogênea que acreditava existir no Japão.” (LESSER, 2001, p. 162)

De acordo com Oguido (1988), os imigrantes que aqui vieram, em 1908, já estavam com os contratos preparados, prontos para seguirem para as fazendas no interior do estado de São Paulo. Segundo Handa (1987), lá chegando encontraram dificuldades, pois o trabalho era comparado a um regime de semiescravidão. O sistema aplicado era o colonato, em que o imigrante trabalhava nas lavouras e morava dentro da fazenda, podendo produzir alimentos para sua própria subsistência, e comercializar o excedente, pois os “salários” eram baixos. Este mesmo autor, ao trabalhar esta questão, que por alguns estudiosos foi considerada um fracasso, diz que este “fracasso”, não foi por conta dos imigrantes que haviam acabado de chegar, mas sim pela verdadeira realidade enfrentada nas fazendas. Ele ainda afirma que os

“neófitos” que estudavam o assunto, não compreendiam esta realidade vivenciada pelos imigrantes, assim sendo relatavam apenas a visão unilateral, a da empresa. Por vezes chegavam a passar fome caso a safra de café não desse bons frutos; a remuneração era baixa; nenhum membro poderia ficar em casa no horário de trabalho; entre outros motivos. Na perspectiva de Lesser (2001), no final do mesmo ano da chegada, uma greve por melhores salários foi iniciada na Fazenda São Martinho no interior de São Paulo. Em resumo, esta primeira tentativa, considerada desastrosa pelo jornal “Correio da Manhã”, trazia a insatisfação dos imigrantes:

Embora os governos envolvidos estivessem interessados no sucesso econômico e na estabilidade, os imigrantes reagiram com tristeza às condições vigentes. Uma canção popular dizia “Foi uma mentira quando disseram que o Brasil era bom: a companhia de emigração mentiu” (LESSER, 2001, p. 164)

Nos primeiros anos de imigração, o “[...] estranhamento inicial dá lugar a uma convivência que, de modo geral, vai se estabilizando pelo costume.” (SAKURAI, 2000, p. 214). Sakurai (2000) ainda afirma que por mais que fossem raros os casamentos interétnicos, eles ocorriam, e ainda pela necessidade de se comunicar o português aos poucos é aprendido, os costumes em relação à alimentação e as vestimentas também vão se modificando, assim as práticas vão se modificando no novo ambiente (SAKURAI, 2000, p. 214).

Nos anos seguintes, o número imigratório entre 1915-1923, quase se assemelhava aos primeiros anos de imigração, que ficava entre quinze mil e dezessete mil imigrantes. Como refere Oguido (1988, p. 34), “Nesse período, o Governo japonês passou a estimular a emigração para o Brasil, considerando-o como “mercado de investimento””, se responsabilizando pelas despesas dos imigrantes. Já Handa (1987) atenta para o fato de que neste período ocorria a primeira Guerra Mundial (1914- 1918) e que, por este motivo, o número de imigrantes havia decaído. O mesmo autor ressalta ainda que as despesas da guerra contra Rússia ainda pesavam no bolso dos “nacionais” por conta do pagamento de altos impostos para saldar os gastos. Assim o Japão necessitava com urgência enviar emigrantes para que a situação do país pudesse acalmar.

Neste contexto histórico, novamente as discussões contra os imigrantes “não brancos” começavam a se formar. Acreditava-se que o governo oriental se utilizava da emigração para “[...] fins de sua própria expansão econômica, mesclando raça e imperialismo numa discussão.” (LESSER, 2001, p. 168). Além disso, os nipônicos eram considerados esteticamente “feios”, vistos também como uma raça inassimilável em relação à ocidental, seu

poderio militar era visto como sinal de “barbárie”, um “perigo amarelo” que, como lembra Asari (1992), aterrorizava com a possibilidade da expansão do império japonês nas terras sul-americanas, provocando “sentimentos nacionalistas” e levando a uma “campanha antinipônica”. Entretanto, mesmo que inicialmente o número de imigrantes tenha decaído, foi neste contexto de discussões, na década de 1920, que se intensificou a vinda de imigrantes japoneses ao Brasil, pois “[...] o governo japonês, por meio de muitos subsídios e organização de grandes empresas de colonização, passou a estimular seu povo a emigrar, nutrindo o sonho de trabalhar por poucos anos e retornar ao país, cheio de fortuna.” (LOSNAK; IVANO, 2003, p. 20). Deve-se lembrar que em 1924 os Estados Unidos proibem definitivamente a entrada de emigrantes, que era o local de preferência para os japoneses, o que sucedeu também com outros países como Peru, Canadá e México. Isso tornou o Brasil alternativa para o envio de excedente demográfico por parte do Japão (SAKURAI, 2000). Neste contexto histórico,

[...] o Governo japonês passou a estimular a emigração para o Brasil, considerando-o como ‘mercado de investimento’, e transformou o que se chamava de emigração passiva em ativa, assumindo todas as despesas com viagens de emigrantes. A partir de 1925 foram fundadas as primeiras entidades, nos dois países, para tratar da questão. No Japão foi criada a Federação das associações ultramarinas e, no Brasil, a Sociedade Colonizadora Brasil (Bratac). (OGUIDO, 1988, p. 34)

Em paralelo com a afirmativa de Oguido (1988), Sakurai (2000) explica que os subsídios pagos anteriormente pelos fazendeiros passam a ser responsabilidade do governo japonês após o Estado de São Paulo cortar a subvenção aos japoneses em 1913, voltando a dar preferência aos imigrantes europeus por conta da afinidade racial. Outro motivo que levou ao corte desse custeio foi que, na mesma época, muitas famílias obtêm independência econômica.

Assim, com a necessidade de exportação de mão de obra, o governo japonês cria a Companhia de Desenvolvimento Exterior a partir da junção de outras empresas já existentes, conhecida por KKKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), “[...] para auxiliar e incentivar a emigração para o Brasil.” (LESSER, 2001, p. 170). A partir dessas companhias, a imigração japonesa toma um rumo diferente,

Especialmente a partir de 1921, ao invés de enviar imigrantes como colonos para as fazendas paulistas, começou-se a comprar terras e comercializá-las às famílias, que passavam a tornar-se pequenas proprietárias. Trata-se, segundo Sakurai, da conjuntura referente à imigração tutelada, em que o governo nipônico mantinha sob tutela direta os imigrantes, vendendo não apenas porções fundiárias, mas também criando estruturas como bancos e escolas com o intuito de oferecer-lhes suporte. As terras foram compradas não somente em São Paulo, como também no Paraná e no



Mato Grosso, principalmente nas regiões de fronteira consideradas “sertões”, compreendidas como “vazios demográficos”, improdutivas e “selvagens”. (ANDRÉ, 2011, p. 68 e 69).

Como afirma Sakurai (2000), não foi somente por conta do “fechar das portas” de outros países que recebiam emigrantes oriundos do Oriente que o Japão voltou os olhos para o Brasil, mas sim porque neste país se encontrava em abundância uma grande quantidade de terras inexploradas. Cabe aqui também ressaltar, de acordo com a autora, os interesses do Japão sobre a imigração também se revelavam pelo fato de que o país ascendia como potência no cenário econômico mundial. Como afirma Lesser (2001, p. 175), “O Brasil se tornou um destino importante em grande parte porque os setores público e privado japoneses vincularam a imigração e os investimentos numa política coerente.” .

Diversas propagandas são veiculadas no Japão para estimular a vinda dos japoneses ao Brasil. As agências de imigração propagavam ideias que se relacionavam desde o clima até o subsídio oferecido pelo governo japonês:

“Vamos! Leve sua família para a América do Sul!”, conclamava um cartaz de propaganda de iniciativa do governo, usado a partir de 1923, e que mostrava um musculoso jovem apontando para o Brasil, enquanto sua outra mão segura uma enxada, com sua família sentada sobre seu braço dobrado, uma das crianças acenando uma bandeira japonesa. (LESSER, 2001, p. 173)

Losnak e Ivano (2003) afirmam ainda que estas propagandas veiculavam a ideia do “Kane no Daruki” (pé do dinheiro), aludindo à possibilidade de colher dinheiro das plantações de café, pois era uma bebida conhecida e apreciada pelo mundo inteiro, ou seja, “Era o ouro brasileiro.” (LOSNAK; IVANO, 2003, p. 20). Logo que chegaram, os imigrantes foram desiludidos, pois não foi o “ouro verde” que encontraram ao chegarem, mas sim as lavouras de batata, o clima não era agradável e nem tampouco semelhante ao verão e o outono japonês, mas “quente e sufocante”, e as condições de trabalho eram precárias. Mesmo que tivessem encontrado as plantações de café em outras fazendas, não era fácil assim o seu cultivo (LOSNAK; IVANO, 2003). Lesser (2001) aponta ainda que os japoneses que conseguiam voltar ao Japão, denunciavam as empresas de colonização nos jornais. Outros relatavam que ao chegarem ao porto de Santos, viam “índios em trajes ocidentais”, mas que na verdade eram seus veteranos, além disso, os preconceitos difundidos entre os funcionários que deveriam auxiliar na chegada destes novos trabalhadores apenas prejudicavam.

O caráter da imigração, de acordo com André (2011), no período que vai de 1921 a 1941, havia se transformado: a imigração passa a ser tutelada; as companhias de imigração

como a KKKK vendem terras aos imigrantes em locais além de São Paulo, como, por exemplo, o Paraná; formavam-se colônias com relações de pertencimentos, como religião, mesmos locais de origem, entre outros aspectos; outro aspecto importante desde período é que ocorrem migrações em direção ao Paraná. Nas palavras de Losnak e Ivano (2003, p. 44),

[...] como imigrantes vindos de províncias japonesas longínquas, com costumes e dialetos próprios, às vezes mal conhecidos entre si, no Brasil reconheciam-se como patrícios, forjando uma identidade em comum na nova terra. A distância do país natal relaxava as diferenças regionais e tornava a todos, antes de tudo, japoneses.

Neste novo contexto da migração japonesa, como afirma Asari (1992, p. 1), “São adquiridos 90 mil alqueires de terra nos Estados de S. Paulo e Paraná, com o objetivo de implantar colônias de proprietários agrícolas japoneses, para a produção de café.”. Como ressalta Maesima (2012, p. 53),

Uma das primeiras experiências de colonização japonesa na região ocorreu por meio do empreendimento da BRATAC, companhia colonizadora japonesa, em Assaí. Pouco tempo depois, um grande fluxo migratório, de japoneses e descendentes, se deslocaria para Londrina e região em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Em meados de 1929, a colonização da região norte do Paraná se intensificava, com as propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que tinham como empreendimento lotear terras e povoar a região, não somente com japoneses, mas também com outras etnias (LOSNAK; IVANO, 2003). A cidade de Londrina, conhecida como Colônia Internacional, começava a ser desmatada ganhando novas lavouras de café no lugar da mata nativa. A comunidade japonesa se fixava mais especificamente na área onde é o atual aeroporto de Londrina, como é o caso Haruo Ohara que foi o comprador do primeiro lote desta região (LOSNAK; IVANO, 2003).

Todavia as campanhas antinipônicas partiam de um sentimento de medo gerado pela força “expansionista e imperialista” que o Japão vinha demonstrando. Os temores sobre este novo tipo de migração japonesa, que objetivava comprar propriedades de terras para serem desenvolvidas pelos imigrantes, recaiam na ideia de que era uma tentativa do governo expandir seu império e tomar posse do que eram consideradas como identidade nacional brasileira, as terras da Amazônia (LESSER, 2001).

Novamente surgiam discussões contra e a favor da imigração japonesa. Do lado contrário à imigração, o argumento era de que os japoneses não se assimilavam com outros

fora de sua comunidade, viviam isolados entre si. Em meados de 1933, de acordo com Seto e Uyeda (2002, p. 178), só seria permitida a entrada de imigrantes brancos, já que os orientais não seriam assimiláveis pelos ocidentais. Já os que eram a favor, iam além dizendo que os japoneses ocupavam lugar de destaque nas produções agrícolas, além de serem adjetivados como inteligentes, “operosos” e “disciplinados” (LESSER, 2001).

Deste modo, havia a necessidade de comprovar cientificamente que o japonês pudesse assimilar a cultura brasileira, transformando-se em brasileiros. Assim, os que defendiam a imigração japonesa afirmavam que a semelhança do japonês com o indígena faria com que, se houvesse a miscigenação com o branco, fosse criado indivíduos como os bandeirantes, que eram considerados um “bom resultado” da miscigenação entre o indígena e o português (LESSER, 2001). Eram utilizados também fotos de crianças filhos de relação interétnica, entre o japonês e o brasileiro. Os defensores dos japoneses desenvolviam argumentos também baseados na religião e no esporte. Estes argumentos foram uma forma de tentar forjar uma identidade ao nipo-brasileiro, para que se demonstrasse a sua brasilidade e possibilidade de assimilação à cultura ocidental.

Houve também o lançamento, em meados de 1929, do primeiro jornal voltado à comunidade nikkei, com algumas páginas em português. De acordo com Lesser (2001, p. 168), é a partir destes jornais que a etnia nipo-brasileira é criada, pois:

[...] incluíam informações tiradas de jornais brasileiros, que não chegavam ao interior, abrindo uma janela para a vida da maioria que, de outro modo, não estaria acessível. Os jornais, além disso, ofereciam espaço para formas culturais específicas da vida dos imigrantes no Brasil.

As décadas de 1930 a 1940 também se caracterizavam pelo número de imigrantes oriundos do Japão ter decaído em relação aos outros anos. O novo presidente da República, Getúlio Vargas, instituiu uma emenda na constituição de 1934 que limitava o número de imigrantes para uma cota de 2% de imigrantes de cada nação por ano (LESSER, 2001). De acordo com Lesser (2001), essa restrição teve caráter ambíguo, que pretendia atingir principalmente a imigração japonesa, tentando ao mesmo tempo não ofender o Japão, pois isso afetaria nas relações comerciais entre os dois países. Outras restrições foram aplicadas neste período, de acordo com André (2011, p. 74):

O discurso antinipônico não permaneceu apenas teórico, alcançando a forma de lei durante o primeiro governo de Vargas, então pressionado pelos grupos nativistas que, influenciados pelas teorias racistas em questão, posicionavam-se contra a entrada de estrangeiros como trabalhadores no país, a exemplo da Ação Integralista

Brasileira. Na Constituição de 1934, substituída em 1937, a primeira após a Revolução de 1930, uma emenda reduzia a entrada de novos trabalhadores estrangeiros [...]. A conjuntura das décadas de 1930 e 1940 foi difícil para os imigrantes japoneses, já que, para além da lei dos 2%, o governo Vargas instaurou uma série de medidas restringindo a liberdade dos imigrantes no país, não somente japoneses, mas também alemães e italianos.

De acordo com Lesser (2001, p. 218), a partir das emendas proibitivas, “[...] toda a educação deveria ser em português, o que resultou no fechamento das 185 escolas primárias formalmente estabelecidas, e cerca de duzentas escolas de fundo de quintal criadas pelos imigrantes.”. Outras proibições foram feitas como não poder ter “legendas em japonês” nos folhetins ou reuniões que houvesse mais de 5 pessoas (SETO; UYEDA, 2002, p. 208).

As relações entre o Brasil e o Japão, após estas proibições, ficaram abaladas, muitos imigrantes queriam voltar à terra natal, mas por conta das condições financeiras alguns não conseguiam, tendo que se radicar em solo brasileiro. Neste contexto histórico, ainda era veiculada a ideia de inassimilação do japonês que foi comparado com a insolubilidade do enxofre (LESSER, 2001).

Em 1935, Cássio Kenro Shinomoto, estudante de direito, ex-soldado progressista e antigetulista, junto com outros colegas, fundam a

[...] Liga Estudantina Nipo-Brasileira, com o objetivo de patrocinar eventos culturais, educativos e esportivos. [...] a Liga visava promover o lugar do nikkei na “raça brasileira” [...] seu hífen explícito, enfatizava que a etnicidade e a nacionalidade eram dois itens separados, mas inter-relacionados. (LESSER, 2001, p. 221)

A partir da criação desta Liga, começou a ser circulado o jornal “Gakusei” (“Estudante”, em língua portuguesa), possibilitando a afirmação da existência da identidade nipo-brasileira, que se caracterizava por uma “[...] cultura hifenizada que era simultaneamente brasileira na nacionalidade (incluindo cidadania, língua e cultura) e japonesa na etnicidade (embora o Japão, aqui, fosse mais uma memória coletiva do que o Japão de fato).” (LESSER, 2001, p. 221). Neste contexto histórico se manifestava a “negociação da identidade nipo-brasileira” em que se misturava a cultura oriental oriunda dos pais da geração hifenizada e a cultura ocidental, que vinha a partir da convivência e educação escolar. As publicações em que se diziam “[...] brasileiros, filhos de japoneses [...]” também se mostravam como uma forma de atacar os discursos antinipônicos, mostrando a aculturação dos chamados *dainisseis* (“mais brasileiro que japonês”) (LESSER, 2001, p. 222). Neste mesmo contexto histórico, o

termo *nikkei*, que traz significado diferente do *dainissei*, passou a ser utilizado para a distinção dos japoneses oriundos do Japão e dos que nasciam no Brasil.

Nesse meio tempo, as relações entre os dois países pareciam melhorar. Mas com o Golpe de Estado em 1937 dado por Getúlio Vargas, as críticas antigetulistas por parte dos japoneses fossem silenciadas. Em 1938, artigos insistindo na brasilidade dos imigrantes e seus descendentes foram publicados no “Gakusei”, que logo saiu de circulação (LESSER, 2001).

Em 1939, o presidente Vargas promovia uma campanha pela brasilidade em que se ressaltava uma homogeneização identitária, na tentativa de preservar a “[...] identidade brasileira da intrusão das etnicidades.” (LESSER, 2001, p. 230). Assim, novos decretos proibitivos foram promulgados neste período: nas comunidades de imigrantes alemães, japoneses e italianos, as escolas foram fechadas; a irradiação de notícias seja por meio de jornais ou mesmo por rádio foi interrompida; até mesmo falar japonês em público havia sido proibido. (LOSNAK, IVANO, 2003). Novamente, numa tentativa de promover a brasilidade das gerações *nikkeis* no país, a revista “Transição”, criada por uma Liga Estudantina Nipo-brasileira, tinha como objetivo mostrar a heterogeneidade da sociedade brasileira. Mas o clima de guerra que pairava no âmbito mundial fez com que as vozes que clamavam por tal diversidade se calassem.

Em 1941, o Brasil começava a se aliar aos Aliados<sup>8</sup>, mesmo Vargas querendo manter a relação com os dois lados, Aliados e o Eixo<sup>9</sup>. Neste período os imigrantes que vinham dos países do Eixo eram considerados inimigos. Eram tratados com violência frequentemente, quem era pego lendo jornal em japonês tinha o exemplar arrancado de suas mãos com violência (HANDA, 1987). Não se podia nem falar a língua japonesa, livros em língua estrangeira eram queimados. A experiência da Segunda Guerra pode ser exemplificada no filme “Corações Sujos”<sup>10</sup>, baseado no livro de Fernando Morais, mostra as relações entre os brasileiros e japoneses assim como entre os próprios japoneses que tem sua comunidade dividida entre vitoristas<sup>11</sup> e derrotistas<sup>12</sup>.

Durante e após a guerra, surgiram diversas sociedades secretas nacionalistas, que reforçavam a identidade nipo-brasileira. Estas sociedades destruíam propriedades que pudessem de alguma maneira auxiliar os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial:

---

<sup>8</sup> Formado por países como Inglaterra, França União Soviética e Estados Unidos, basicamente.

<sup>9</sup> Principalmente composto pela Alemanha, Itália e Japão.

<sup>10</sup> Corações Sujos (2012, direção de Vicente Amorim. Dur. 90 min).

<sup>11</sup> Eram os que acreditam que o Japão havia ganhado a Guerra.

<sup>12</sup> Estes, ao contrário dos vitoristas acreditavam e aceitavam a derrota do Japão.

Depois que o Doko Kai foi organizado, em 1943, com a finalidade de destruir as criações de bicho-da-seda, cujo produto sabidamente seria transformado em pára-quedas para os militares dos Estados Unidos, inúmeras sociedades secretas passaram a liderar o debate sobre a etnicidade hifenizada (entre nikkeis, brasileiros e japoneses), que veio a explodir em derramamento de sangue e destruição de propriedades. (LESSER, 2001, p. 239)

A identidade nipo-brasileira neste contexto histórico tomava novas formas. Os discursos antinipônicos alertavam sobre o “perigo amarelo” em canções e artigos publicados, que por vezes traziam manchetes sensacionalistas (LESSER, 2001).

Em 1945 é declarado o fim da Segunda Guerra Mundial. O Imperador do Japão declara sua derrota. Nas colônias formadas pelos migrantes, o clima era tenso. As relações entre brasileiros e japoneses que, anteriormente à guerra já era difícil, no pós-guerra se transformavam em hostilidades abertas. A própria comunidade nipônica se dissolvia. Em uma entrevista realizada por Richard André com um filho de imigrante morador da região Norte do Paraná, foi possível compreender o quanto as relações entre os brasileiros e imigrantes japoneses principalmente<sup>13</sup> se tornaram conturbadas mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A violência contra o próprio pai do nikkei é relatada sugerindo como um simples “bom dia” dito em japonês é motivo de prisão. Outra experiência relatada é acerca da divisão da comunidade nikkei entre derrotistas e vitoristas, presente tanto na cidade de Assaí quanto em Londrina. Segue trecho da entrevista:

TS: Aí no sítio era bom, todo mundo era amigo, né. Mas quando guerra terminou, brasileiro achou ruim com a japoneizada, aí se a gente falava alguma coisa, uma palavra, nem que fosse “bom dia, ohayou gozaimasu” já era... pegava a gente levava pra cadeia. Meu pai e minha mãe foi pra Assaí e encontrou um amigo, né, e falaram “ohayou gozaimasu” bom dia, aí já pegaram e levaram pra cadeia e ficou dois...duas noite lá no...na cadeia. (ANDRÉ, 2010, s/p.)

Assim, os conflitos do pós-guerra podem ser entendidos de modo geral não só como represália e atos de violência causados pelos brasileiros, mas até mesmo pelos próprios japoneses e seus descendentes. As sociedades secretas nacionalistas como a Shindo Renmei<sup>14</sup> agiam de forma violenta para com aqueles que não “honrassem o Imperador” e aceitassem a derrota do Japão. Como no exemplo do filme, os derrotistas tinham suas casas pintadas com um ideograma que significava traidor, também aconteciam assassinatos, caso estes que os chamados derrotistas, não se matassem, ato considerado honroso no Japão até 1945, tendo em

---

<sup>13</sup> Não só os japoneses, mas também os alemães e italianos sofreram no período pós-guerra.

<sup>14</sup> O caminho dos Súditos da Liga do Imperador (LESSER, 2001, p. 241).

vista os valores samuraicos que foram utilizados na Segunda Guerra Mundial como código de ética, apesar dos samurais terem desaparecido desde 1868 .

De modo geral, este capítulo procurou abordar as diferentes formas como as identidades do nipo-brasileiro foram se desenvolvendo no contexto migratório. Foram analisados os contextos históricos de uma parcela da imigração japonesa que imigrou para novo mundo, bem como os discursos antinipônicos veiculados neste meio tempo que impulsionaram a negociação das identidades dos nikkeis.

### 3. IMIN 100, A FESTIVIDADE NO TEMPO PRESENTE

Nesta parte da pesquisa, será abordado o contexto do ano de 2008, sendo analisadas as propagandas como fonte histórica no intuito de compreender a construção do discurso identitário nikkei veiculado no jornal impresso Paraná Shimbun. Como fontes de apoio serão utilizados impressos do ano da festividade para a contextualização histórica. Serão utilizadas também entrevistas de caráter informal feitas com alguns dos colaboradores de tal festividade, assim como o livro de fotografias de Cláudio Nonaca (2008) que traz uma narrativa visual sobre o evento.

Para a análise da fonte publicitária, existe a necessidade de compreender o meio no qual ela é veiculada, o jornal impresso. Para compreender esse meio de informação, não se deve partir apenas de uma leitura descuidada, como é feita no cotidiano, mas sim considerá-lo como uma fonte que pode influenciar na construção da opinião de seus leitores. Nas palavras de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974 apud LUCA, 2008, p. 118):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Assim, em articulação com a análise de revistas feita por Jorge Luiz Romanello (2009), o jornal como fonte de informação demanda por certos procedimentos metodológicos. Conhecer o perfil dos leitores<sup>15</sup> e quem são os colaboradores do jornal, é outro passo que deve ser dado na análise (LUCA, 2008). Deve-se atentar que os periódicos:

[...] desde a aceitação do público até o interesse dos anunciantes, assim, como estão envolvidas em um complexo jogo de interesses, englobando o cenário político nacional e internacional, acabam quase inevitavelmente por defender mais os pontos de vista de certos grupos do que de outros. (ROMANELLO, 2009, p. 111)

Ao folhear o Paraná Shimbun, além dos textos, é possível verificar a presença das imagens fotográficas, tanto nas reportagens quanto nas publicidades. Não se tratam de meras ilustrações de fatos da realidade (KOSSOY, 2002), mas deve-se prestar atenção ao fato de que “[...] as fotografias e o texto são articulados de forma a produzir um discurso harmônico com base na imagem, em que a função do texto é complementar a fotografia.” (ROMANELLO,

---

<sup>15</sup> Atenta-se para o fato de que esta questão não foi explorada a fundo nesta pesquisa, embora seja percebida como elemento importante.



2009, p. 110). Deve-se também atentar para o fato de que a fotografia pode ser utilizada de acordo com os diversos interesses que a regem, podendo ser usada como instrumento legitimador de um acontecimento. A imagem utilizada é escolhida pelo redator que fará o trabalho de decidir qual dialogará melhor com o texto, assim como verificar em que espaço do jornal ela deverá ser publicada, pois:

Tão importantes quanto as próprias fotos escolhidas é o espaço que ocuparão, mas principalmente o lugar em que elas serão publicadas. Há estudos muito sérios que indicam aos editores quais as seções mais lidas das revistas, e mesmo quais as partes das páginas que serão procuradas primeiro pelo olhar do leitor, e tudo isto trabalhado em conjunto acaba fazendo uma enorme diferença no tratamento dado a um mesmo assunto por revistas – ou mesmo por editores diferentes. (ROMANELLO, 2009, p. 113)

Os títulos dos jornais impressos chamam a atenção para a reportagem, em que o leitor interessado ou não, percorrerá os olhos tanto pelo título quanto pela imagem (caso houver) que representará o fato narrado. Logo, se a fotografia incluir uma legenda, esta também orientará o significado da mensagem iconográfica dependendo do interesse de quem a usa e o contexto comunicativo no qual ela é inserida, pois assim como atenta Susan Sontag (1981 apud ANDRÉ, 2009, p. 157), a fotografia é “[...] apenas um fragmento, e com o passar do tempo suas amarras se desprendem. A deriva, vai se transformando em passado difuso, aberto a qualquer tipo de leitura [...]”.

A busca pelo conhecimento, por se manter informado, faz com que o público consumidor procure informações acessíveis. Como na análise de Silva (2011) sobre as revistas, os meios de comunicação devem trazer segurança ao público leitor. Neste caso, o jornal faz o papel da revista, que segundo a autora ostentam o perfil de “imparcialidade” e “seriedade”, além de serem privilegiadas pelo “mercado publicitário”, pois: “[...] tem o público selecionado, específico, significando retorno garantido de investimentos em propaganda.” (SILVA, 2011, p. 48) E também: “Comunicando tanto quanto jornalistas e repórteres, mas menos consideradas nas análises, estão as produções dos publicitários, que via de regra, estão nos espaços de visualização privilegiada, persuadindo de acordo com os desejos dos anunciantes.” (SILVA, 2011, p. 63). Assim, a imprensa como fonte histórica, deverá ser analisada não como “[...] puro e simples reflexo da opinião, mas o resultado de uma mediação em que o conhecimento do meio de comunicação é essencial.” (BERNSTEIN; MILZA, 1999).

### **3.1 Análise do impresso Paraná Shimbun**

Existe a necessidade de contextualizar historicamente a festividade trabalhada. Deste modo, torna-se necessário abordar sobre o Tempo Presente. De acordo com Rioux, ela:

[...] não se trata nem do “período” último de um recorte do passado para uso escolar e universitário, nem de um conceito de substituição por tempos de crise da temporalidade nas nossas sociedades invadidas pelo efêmero, nem mesmo de um paradigma regulador no caos das ciências sociais. Uma história dita do presente participa de fato mais ou menos de todos esses vocábulos. (RIOUX, 1999, p. 39)

Deste modo, as comemorações que ocorreram em 2008 não se estagnaram no tempo como um acontecimento factual (RÉMOND, 1996), mas ainda se encontram no calor dos acontecimentos. Por isso um dos desafios encontrados ao se trabalhar tal período, é também a presença do historiador, pois ele se torna testemunha e crítico do tempo estudado (RIOUX, 1999).

As reflexões sobre a história do tempo presente apresentam desafios em relação à fonte a ser utilizada no decorrer do estudo. Nesta pesquisa, será utilizado o jornal impresso Paraná Shimbun tanto como fonte principal em relação à publicidade, quanto como fonte de apoio para a contextualização histórica, lembrando que o periódico, com a “renovação historiográfica” a partir do século XX, e com a chegada da nova história cultural, foi reconhecido como fonte de investigação histórica. (LUCA, 2008).

A partir da leitura do artigo de Luiza Mitsue Yamashita Deliberador (2011), alguns aspectos necessários para compreender o Paraná Shimbun tornam-se claros. Ela apresenta a história do jornal nikkei desde sua criação entre 1948 e 1950, fundado por Suemitsu Miyamura. Ele:

[...] queria fazer propaganda para os japoneses dos lotes que vendia no Estado do Mato Grosso, para comprovar a veracidade do negócio e demonstrar suas vantagens, decidiu criar um folhetim em japonês e português, na cidade da Apucarana, ao qual denominou Paraná Shimbun. (RAMOS, 2005 Apud DELIBERADOR, 2011, p. 7)

As fases deste jornal “[...] se diferem pela mudança de donos do periódico e pelas características sócio-históricas dos imigrantes japoneses.” (DELIBERADOR, 2011, p. 14). A primeira fase pode ser marcada pelo nome de Miyamura. Na segunda fase, teve como dono o então político Antonio Ueno, que posteriormente e adentrando a nova fase do periódico, em 1997, vendeu 40% do Paraná Shimbun a Mahoko Kasuya, diretora até o fim do jornal.

De propaganda a tabloide, o jornal nikkei ganhou cores e novo formato, assim como novo editorial. Os leitores se diferiam dos primeiros, já não eram somente o público do

campo, mas também aqueles que estavam na cidade. Nessa fase, o Paraná Shimbun ganhou no ano 2000 página na Internet, tendo “[...] 10 mil assinantes e 2 mil exemplares colocados à venda [...]” (DELIBERADOR, 2011, p. 9).

Quanto ao perfil do jornal, a autora o caracteriza como comercial e segmentado:

[...] trata-se de um jornal comercial que difere mais no conteúdo e pelo seu público alvo, do que na sua forma de abordagem. O *Paraná Shimbun* caracteriza-se como um veículo segmentado, cuja preocupação maior centra-se na valorização e na satisfação das necessidades de seus leitores específicos. (DELIBERADOR, 2011 p. 10)

Assim, o jornal é voltado totalmente para os interessados na comunidade japonesa e aos nikkeis. Sendo suas pautas pensadas a partir de sugestões recebidas tanto pela editora, quanto pelos leitores. Ainda de acordo com a autora, a mediação do jornal é o fator decisivo para explicar a sua longevidade, pois ele faz o papel de mediador entre o “[...] público leitor e os acontecimentos da comunidade nikkei e do Japão.” (DELIBERADOR, 2011, p. 14). Bilíngue, o jornal é reconhecido pelo Consulado do Japão do Paraná como periódico oficial da comunidade japonesa do Paraná e Santa Catarina desde 2008, que marca também a comemoração dos 100 anos de imigração japonesa.

A partir do breve histórico do jornal Paraná Shimbun, o período a ser analisado, para a contextualização histórica da festividade, vai de outubro de 2007, iniciando com as edições nº1665 a 1671, e de 2008 com as edições de nº 1674 até a Edição Especial da semana da festividade (PARANÁ, 2008). Deve-se lembrar que nem todos os exemplares contidos no período encontram-se acessíveis no momento. O motivo se dá pelo fechamento do jornal, que é explicado no site da Aliança Cultural Brasil-Japão. De acordo com o texto do site, a justificativa do fechamento foi apresentada na edição de 8 a 14 de setembro de 2012, dizendo que o periódico passaria por uma reestruturação e voltaria em breve, o que não ocorreu até o presente momento.

Seguindo os passos sugeridos por Luca (2008), deve-se atentar para a periodicidade de distribuição do jornal, assim como é feita a divisão dos assuntos a serem tratados. Semanalmente distribuído, o periódico dividia-se em dois cadernos: o principal, em português, que ocupa mais da metade do jornal, sendo composto pelas seguintes sessões: Opinião, Política, Comunidade e Cultura. Ele é seguido pela parte em japonês, com aproximadamente quatro páginas. Já o segundo caderno, denominado “Cultura & Variedades”, possui, em média, oito páginas, mas em formato menor que o anterior, trazendo

a seguinte divisão: Cultura, Social, Espaço Teen, Gastronomia, que nem sempre aparecem no caderno.

Partindo da necessidade de identificar os colaboradores do periódico (LUCA, 2008), foi observado que nem sempre eram os mesmos indivíduos que escreviam nas sessões, por vezes os nomes não eram identificados nas reportagens, como acontecia também com as fotografias. Alguns nomes recorrentes são a da diretora e jornalista Mahoko Kasuya, seu nome aparece no “expediente” localizado na contracapa do jornal; Paulo Maeda, que leva a autoria da seção “Política”, página dois do jornal; a entidade Aliança cultural Brasil-Japão, responsável pelos informes; Michihiro Ywatsugu, falecido em 2009, responsável pelas páginas em japonês, entre outros não menos importantes que participaram da escrita do jornal, mas cujos nomes não apareciam com a mesma frequência dos que foram citados.

Um fato de grande importância tanto para caracterizar o jornal quanto para a contextualização é que o jornal, assim como exposto, era associado à Aliança Cultural Brasil Japão de Londrina, que se constitui numa entidade que tem por finalidade desenvolver atividades junto à comunidade nikkei de Londrina. Por este motivo, durante as festividades de 2008, o Paraná Shimbun teve suas notícias limitadas às que tal entidade participava. Assim, ironicamente, foi possível verificar que as festividades que ocorreram na cidade de Londrina não foram noticiadas na íntegra<sup>16</sup> neste periódico, cabendo a outro meio de informação fazê-lo, a Folha de Londrina. O fato pode ser explicado a partir da entrevista com H. G. (SILVA, 2013) que relata que a diretora do jornal, Mahoko Kasuya, se desvinculou da organização do evento em Londrina e se juntou à Comissão das Festividades do Paraná. Por isso, eram evidenciados os feitos da Comissão do Paraná.

Outro fator interessante em relação às publicidades encontradas no periódico é que diferem em muitos aspectos das encontradas na Folha de Londrina. No segundo periódico, pode-se perceber que as propagandas trazem mais estereótipos sobre os japoneses que aquelas do Paraná Shimbun. Algo que pode ter relações com o público leitor, já que o primeiro se destina especificamente às pessoas da comunidade nikkei e interessados, ao passo que o segundo traz um público mais abrangente, além de ser um jornal diário.

Em meio aos textos é possível verificar a presença de publicidades que provavelmente pertencem às empresas que patrocinam e sugerem as reportagens escritas para que os nomes das empresas (Muffato, Banco Itaú, Colégio Universitário, entre outros) sejam utilizados no seu interior, numa forma de correlacionar a publicidade juntamente à prestação

---

<sup>16</sup> São feitos apenas alguns comentários sobre os projetos que seriam lançados durante a festividade.

de serviços à comunidade. Na reportagem de junho de 2008 (YOKOYAMA, 2008), na semana da festividade, página seis da seção comunidade, é relatada a história de uma professora nikkei que utiliza a cultura japonesa para lecionar em um colégio particular de Londrina, mostrando a possibilidade de ensino a partir da cultura japonesa. Nesta reportagem, pode-se notar a propaganda do colégio como local que, além de valorizar a cultura japonesa, também estimula o ensino do aluno de maneiras diferenciadas.

As fotografias coloridas presentes nos jornais aludiam às reportagens que as acompanhavam. Aquelas que referenciavam a organização do Imin 100 registravam, por exemplo, os momentos de reunião com alguns dos personagens que auxiliaram na organização do evento. Em diálogo com a reportagem, os nomes descritos no texto apareciam na imagem fotográfica (Imagem 1):

### **Imagem 1**



FONTE: Divulgação (PARANÁ Shimbun, outubro de 2007, p. 5)

Na reportagem com o título “Rumo ao Imin 100” (RUMO, 2007), o pequeno texto reportava uma reunião que havia acontecido em Curitiba sobre a discussão relacionada ao uso de um selo oficial nas comemorações que seriam realizadas no ano seguinte, assim como a programação oficial e o grupo de trabalho. A imagem logo acima do texto mostrava as figuras que presenciaram o momento, um nome comum e bastante veiculado em reportagens referentes à festividade estava ali presente, tanto na iconografia quanto no texto escrito, Luiz Nishimori, então Deputado Estadual e presidente executivo do Imin 100. Na imagem

podemos identificar sete membros ao redor de uma mesa, aparentemente trocando informações. Todos bem vestidos e atenciosos ao debate que ocorria no local, pelo menos segundo a representação fotográfica concebida pelo fotógrafo. Como explica Silva (2011, p. 72), “A fotografia jornalística [...] aproveita-se do fato de que a imagem captada pela câmara tem, no imaginário social, a força do que realmente aconteceu, e gera ilusão de realidade.”.

Algumas peculiaridades foram notadas nos periódicos analisados. A primeira é em relação ao conteúdo das reportagens: na seção “Política” é possível notar que as informações que lá constam são pequenas, de apenas um parágrafo, o “suficiente” para se manter informado. Em alguns casos, é possível notar a opinião do autor, perceptível tanto nos elogios e críticas, quanto em relação à linguagem utilizada na escrita. O caderno “Variedades & Cultura”, por sua vez, deixa de existir em janeiro de 2008, sendo o conteúdo desta seção transferido para o caderno principal. A parte em língua japonesa também é diminuída ao longo do tempo, ficando apenas com uma folha no ano de 2008, no qual é possível identificar a programação do canal pago japonês NHK, que ocupa uma página.

Um fato interessante do periódico é que, na semana de 10 a 16 de maio de 2008, o anúncio da gratuidade do jornal foi feito. A seção “Comunidade” da página três desta edição traz o artigo referente a este aviso que objetivava mudanças estruturais no impresso. Planejavam alcançar mais 10 mil exemplares além dos 20 mil que já eram veiculados pelas 80 cidades paranaenses (NO IMIN, 2008). Outra proposta nova e relacionável à questão identitária nipo-brasileira é que no fim da reportagem pedia-se a contribuição voluntária de pessoas que se disponibilizassem a escrever matérias em japonês para os leitores mais idosos que só liam a língua japonesa, para que assim se pudesse manter a tradição das colunas em língua japonesa.

Pode-se assim correlacionar as transformações do nikkei, que na segunda geração lê os idiomas japonês e português, com as mudanças ocorridas neste periódico. Outro fator observável é a presença de assuntos destinados a pessoas mais jovens, em meio ao periódico há informações sobre jogos eletrônicos, animês<sup>17</sup>, entre outras questões. Ou seja, o público leitor não é somente o nipo-brasileiro da primeira ou segunda geração, mas também o jovem ou adolescente que enquanto o pai ou avô, por exemplo, fazem a leitura de certos assuntos, poderá este fazer a leitura do seu interesse. É possível perceber um desequilíbrio na quantidade de páginas destinadas aos leitores em língua japonesa, o que mostra uma mudança importante no que se refere à identidade nikkei. Feito a apresentação geral do Paraná

---

<sup>17</sup> Desenhos de animação japonesa.

Shimbun, a próxima etapa é compreender o contexto histórico no qual é veiculado este periódico, e assim compreender também o discurso publicitário sobre a festividade.

### 3.2 Os bastidores da festividade

Para contextualizar historicamente o ano da festividade, utiliza-se como fontes de apoio entrevistas realizadas com algumas pessoas<sup>18</sup> da comunidade nikkei e, de certa forma, o próprio jornal Paraná Shimbun. Já o livro fotográfico referente ao “Imin 100” de Londrina, de Cláudio Nonaca (2008), registra imagetivamente os acontecimentos, privilegiando uma “realidade”, recortando e dando forma ao fenômeno que se quer “cristalizar” (SONTAG, 1981).

O ano de 2008 não foi somente importante por conta da comemoração dos cem anos de imigração japonesa, mas também por causa das eleições municipais que ocorreriam no segundo semestre. Mesmo assim, o fato parecia não ser tão importante quanto as comemorações ou mesmo os concursos de “Miss Nikkei”. No jornal analisado, as informações sobre política ocupavam apenas meia, cada assunto deste gênero era relatado em poucas linhas, tendo um caráter de informações rápidas, abrindo espaço para o que Rioux (1999) se refere a uma efemeridade dos acontecimentos, que posteriormente poderão fazer parte da “amnésia” da sociedade. Mas a política estava inscrita de outras formas, podiam ser lidas a partir dos discursos da própria festividade (RÉMOND, 1996).

O discurso do Príncipe Herdeiro do Japão, Naruhito, foi divulgado na página cinco da edição especial do Paraná Shimbun, que era antecedida pelas reportagens sobre a sua chegada e também por um texto sobre a história da imigração japonesa escrita por Takashi Jouti (PARANÁ, 2008). A história relatava desde as causas da emigração até a “personalidade do nikkei brasileiro”, mas pelo que se percebe no discurso da publicidade, muito desta história havia caído no mar do esquecimento ou estava sendo guardada em silêncio. A fala do príncipe Naruhito parecia dialogar com a história harmônica, sem muitos detalhes e bem resumida:

O Japão e o Brasil estão festejando este ano o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e o Ano do Intercâmbio Japão-Brasil e juntos rumam para o futuro ampliando e aprofundando as relações de amizade de mais de 100 anos. Sem esquecer a admiração pelo esforço contínuo por longos anos dos descendentes japoneses em solo brasileiro e o agradecimento à calorosa receptividade do Governo

---

<sup>18</sup> Serão utilizadas iniciais fictícias, pois, como se trata de uma História do Tempo presente, deve-se levar em consideração que o acontecimento analisado ainda se encontra iminente (RIOUX, 1999). Sendo assim, é necessário preservar a integridade dos testemunhos que colaboraram para a pesquisa.

do Brasil e seu povo para com os imigrantes japoneses, é meu desejo que a relação bilateral se desenvolva por longa data. Se minha visita contribuir para estreitar ainda mais as relações de amizade e fraternidade entre os dois países, ficarei muito feliz. (NARUHITO, 2008)

Percebe-se que foi exaltada a relação harmônica entre os dois países que, de acordo com a memória oficial, vêm durante 100 anos mantendo uma “amizade”. O centenário havia sido comemorado no Japão, no porto de Kobe (ponto “inicial” da emigração), e Tóquio, capital do país. O Príncipe ainda comentou sobre as futuras relações entre os dois países, que devem ter seus “laços estreitados” ainda mais.

Outro discurso proferido nesta mesma edição, logo abaixo da fala do Príncipe, é a do então Governador do Paraná, Roberto Requião, que percorre a história oficial da imigração, relatando que entre as “desilusões” e “preconceitos” existiu também a superação com “resistência” e “persistência” por parte dos imigrantes japoneses, sendo o Paraná “acolhedor” e “abrigo” de uma das maiores comunidades japoneses do Brasil. Cabe aqui ressaltar que não fica explícito qual o sentido aplicado às palavras “desilusão” e “preconceito”, estes podem ser interpretados a partir dos referentes históricos de quem ouviu ou leu este discurso. Assim como o príncipe, o Governador ainda exalta a necessidade de se estreitar as relações “[...] nos campos empresariais como nos campos cultural, técnico, de ensino e pesquisas.” (REQUIÃO<sup>19</sup>). Mas em entrevista realizada (SILVA, 2013) com D. M., pode-se constatar que o discurso foi prolongado na promoção de seus “feitos” como governador, que acabou durando em média uma hora, causando “aborrecimentos” em algumas pessoas. H. P. (SILVA, 2013) completa que acabou por atrasar todos os eventos.

Um terceiro discurso também foi citado na edição, mas este não aparecia na íntegra, tendo apenas algumas falas transcritas do que o orador e então Vice-Presidente da República José de Alencar havia falado. No que se referia ao nikkei era proferido a ideia de trabalho na lavoura e qualidades como “disciplina” e “dedicação” eram aplicados aos imigrantes japoneses, utilizando como exemplo, a imigrante Tomi Nakagawa, para quem foi dedicada a praça construída no centro de Londrina. Ainda era mencionado o “desejo” de estreitar os laços entre os dois países “amigos”. Foi ressaltado também os investimentos que ambos os países faziam em parceria como a padronização da TV digital.

Juntamente com os três discursos, as fotos das autoridades apareciam posicionadas na parte central de cada reportagem. Supõe-se que a ordem em que cada texto que aparecia seguia uma hierarquia de poder relacionado ao que cada uma das autoridades representava no

---

<sup>19</sup> É importante explicar que o discurso “lido” pelo governador do Estado pode ter sido escrito por outra pessoa.



contexto social da festividade. Refletindo sobre tal representação (RÉMOND, 1996), pode-se dizer que: o príncipe representava os ideais do Japão sobre a imigração japonesa e um lado da relação Brasil-Japão, além disso, era sua figura que trazia o caráter de internacionalidade da festividade; o Governador Requião representava o Paraná, destacando a importância da região para a imigração japonesa; já o Vice-presidente Alencar, pouco conhecido entre a população, apenas cobria a falta do verdadeiro convidado, Luís Inácio Lula da Silva, não tendo assim tanta representatividade entre a população. Mas reter-se às figuras de Estado é estagnar-se à “aparência das coisas” (RÉMOND, 1996), pois a festividade não foi feita só por autoridades oficiais, mas também por pessoas ligadas ou não à comunidade nikkei.

A festividade foi dividida em duas comissões, a do Paraná que contou com a participação do então Deputado Estadual Luis Nishimori (PARANÁ, 2008) e a Aliança Cultural Brasil Japão. Já a segunda comissão, como sugere em entrevista H. G. (SILVA, 2013) após a visualização das fotografias de Cláudio Nonaca (2008), contou com a participação do presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), da Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), o casal A. Yoshii (Atsushi e Kimiko Yoshii, donos da construtora A. Yoshii), entre outros. Teve participação do Vereador Jairo Tamura juntamente com a ACEL além de outras figuras públicas (NONACA, 2008). De um lado, a festa dos 100 anos mostrava a cidade de Rolândia como palco principal do evento; de outro, a cidade de Londrina com a Expo Imin 100 e a inauguração da Praça Tomi Nakagawa. De acordo com D. M. (SILVA, 2013), foi formado grupos para a organização dos festejos dentro da comissão do Paraná que foram divididos os serviços, como por exemplo, a de realização e recepção. D. M. (SILVA, 2013) ainda diz que a comunidade japonesa é muito unida. O evento maior teria sido na cidade de Rolândia no dia 22 de junho; nos dias anteriores teriam sido realizadas festividades em outras cidades, como Londrina e Curitiba. O dinheiro das festas teria sido financiado pelas contribuições feitas pelos afiliados às entidades envolvidas. De acordo com uma entrevista cedida por H. P. (SILVA, 2013), a divisão em duas comissões fez com que a comunidade nikkei se dividisse em dois grupos, por conta de uma falta de reconhecimento das pessoas que sempre auxiliaram nas festividades anteriores. Como critica H. G. (SILVA, 2013), as comissões são formadas por pessoas que são regidas por interesses individuais.

O caderno especial em comemoração ao aniversário de Londrina, da semana de dez de dezembro de 2007, trazia notícias acerca dos preparativos da festividade, ocupando toda a página três do periódico. Reportava as atrações que ocorreriam durante a “Expo Imin 100”;

liberação de recursos, R\$ 1.462.500,00 para construção da Praça Tomi Nakagawa; a realização de mais uma reunião, depois de dezenove meses de trabalho informando sobre o andamento dos preparativos dos festejos (PARANÁ, 2007).

A divisão da comissão dos festejos, possibilita refletir sobre um jogo de interesses que envolveria a festividade (RÉMOND, 1996). Como é afirmado por R.W. em entrevista (SILVA, 2013), a comitiva de Londrina tinha como “cabeça” Atsushi Yoshii, que como revela H.G. (SILVA, 2013) além de organizar o evento, a empresa da qual é proprietário acabou finalizando a obra da Praça Tomi Nakagawa, iniciada pela Prefeitura de Londrina no correr da festividade. De acordo com R.W. (SILVA, 2013), a participação da construção da praça pela prefeitura de Londrina foi apenas em relação à doação do terreno. O restante foi realizado pela empresa privada A. Yoshii e por membros da comunidade nikkei. Propaganda da Prefeitura de Londrina (PARANÁ, 2008) veicula a ideia de que o trabalho conjunto entre o Governo Municipal, o Ministério de Turismo e a comunidade nikkei de Londrina haviam construído a praça. Na mostra fotográfica de Nonaca (2008), a construção e a projeção da praça registra em fotografia a participação da empresa A. Yoshii na obra. Durante a entrevista com H.G. (SILVA, 2013), é explicado que a Praça Tomi Nakagawa teve sua construção findada pela empresa privada por conta da morosidade por parte da prefeitura em terminar logo a obra, pois a data da festividade já estava chegando.

De acordo com D.M. (SILVA, 2013), de “dez em dez anos” é realizada uma festa em comemoração à imigração japonesa no Brasil, que tem como marco oficial a data de dezoito de junho de 1908. E a comemoração dos 100 anos em 2008 seria uma “oportunidade” para a comunidade nikkei se juntar para a organização de uma “grande festa” no Paraná, apesar de ter sido dividida em comissões. E a Aliança Cultural Brasil Japão, por ser uma entidade que responde por “todas” as associações japonesas atuando em vários municípios, resolveu fazer uma “grande festa”, convidando membros da casa imperial do Japão, o presidente da República (que não veio) e outras autoridades. A festividade vinha sendo preparada desde 2003 e as despesas do evento vinham também de doações da comunidade nikkei, seja com trabalho voluntário ou com dinheiro para pagar as despesas da festa.

Na semana de 8 a 14 de dezembro de 2007, a capa do impresso semanal destacava “Parque Yumê recebe R\$9,75 milhões” (PARANÁ, 2007, p.1). Na seção geral na página três, era possível ler a reportagem na íntegra. Diferente do título, a liberação da verba ainda estava pendente, mas o terreno para a construção do Parque já estava disponível, pois a “Aliança/Liga” havia disponibilizado o terreno com área de aproximadamente 72 mil m<sup>2</sup>, nas

proximidades do Museu da Imigração Japonesa em Rolândia. De acordo com a entrevista, esse subsídio foi “conseguido” através do deputado do Alex Canziani juntamente com o Ministério do Turismo, e a Aliança deveria entrar com 20% dos 10 milhões necessários para a construção do Parque Yumê. Porém, em conflito com o que foi revelado em entrevista com D. M. (SILVA, 2013), mesmo tendo conseguido a verba, o projeto não saiu do papel, sendo o dinheiro repassado para o governo do município de Rolândia, que tentaria pleitear a construção de um Centro de Eventos, pois a quantia “não seria o suficiente” para a realização da construção do Parque Temático, apesar dos 20% do que a Aliança deveria conseguir e a doação do terreno. Cabe aqui ressaltar que até hoje nem o parque e nem o centro de exposições foi construído, ganhando o apelido de *warui Yumê*, que significa “pesadelo” na língua japonesa.

Já em Janeiro 2008, na edição 1674, o jornal anunciava logo na capa: “Imin 100 Paraná terá três parques e uma praça” (PARANÁ, 2008, p. 1). A seção intitulada “Especial”, página três, relatava sobre os “grandes projetos” que o Estado paranaense tinha, entre eles o Parque Temático Yumê, uma praça e a construção de um castelo japonês em Assaí. Dentre os projetos apenas a da Praça Tomi Nakagawa foi realizada e inaugurada a tempo de receber a visita do príncipe.

A edição 1686 de 12 a 18 de abril de 2008, logo na capa destaca o título em negrito: “Prefeito de Maringá volta atrás e acaba com a Feira Internacional Brasil-Japão” (PARANÁ, 2008, p. 1). Na página três da seção “Imin 100”, a reportagem desenvolvida trazia outro título, “Briga de egos decreta fim da Feira Internacional Brasil-Japão” (ELORZA, 2008, p. 3), ocupava mais da metade da página que era composta por outros textos menores que se relacionavam ao mesmo fato. Todas as reportagens da página pareciam compartilhar da mesma opinião desfavorável ao Prefeito de Maringá Silvio Barros. Nas entrelinhas, podia-se perceber que sua imagem se delineava adjetivos como “mentiroso”, como interpretado a partir do título de um dos textos: “Cônsul desmente versão de Silvio Barros” (ELORZA, 2008, p. 3). Também se via que a decisão em não realizar a festividade em Maringá era visivelmente criticada como uma “falta de compromisso”, que os argumentos utilizados pelo prefeito eram “maldosos” e, entre as questões deixadas por uma entrevistada da reportagem, destaca-se uma: “Por que só Londrina tem que ter uma feira?” (ELORZA, 2008, p. 3)

Em relação ao cancelamento desta feira, H. G. (SILVA, 2013) supõe que a causa da revolta poderia ser consequência de preparativos já realizados, dentre os o gasto da verba sem nem ao menos o dinheiro destinado ter sido repassado. H. G. (SILVA, 2013) ainda ressalta

que, mesmo depois do cancelamento de tal festividade, um dos projetos feito por um dos colaboradores havia colocado o nome de uma das entidades participantes da festividade como “fiador”, que no fim acabou endividada por conta da falta do repasse da verba liberada para o projeto.

A festividade, por mais que tenha se “escondido” nos bastidores alguns de seus deslizes, pode trazer emoção para alguns assim como decepções para outros. De modo geral, trata-se de uma comemoração festiva em que alegrias também possam ser lembradas, e não apenas desilusões, mas são dimensões da política relacionada à memória (RÉMOND, 1996).

### **3.3 Análise das fontes publicitárias**

Nesta etapa do trabalho será realizada a análise das propagandas veiculadas em 2008 no Paraná Shimbun. Pretende-se utilizar quatro propagandas para compreender a construção do discurso identitário harmônico divulgado durante a festividade do ano de 2008 que, como afirma André (2009, s/p.), suscitou “[...] uma súbita moda nipônica que trouxe a maioria dos clichês à tona[...]”. Nas quatro publicidades pode-se perceber a presença tanto do texto como da imagem fotográfica dialogando entre si, como propõe Silva (2011).

Imagem 2



(PARANÁ Shimbun fevereiro de 2008, p. 3, GERAL).

A propaganda é localizada no canto inferior esquerdo da página do jornal, logo abaixo de uma reportagem sobre os projetos do Imin 100. A informação pode ser útil no que se refere aos interesses e proveitos que se pode tirar do contexto comunicativo e do espaço no qual a publicidade é veiculada, como sugere Fabiano (2009). Como pode ser visto, a primeira

mensagem no canto superior direito, “Ensinar e aprender. Integrar e Crescer”, alude à ideia de harmonia geracional, sugerindo que a tradição é aceita e ensinada de geração a geração, além de insinuar uma incorporação ou assimilação de valores entendidos a partir da palavra “integrar”. Nesta mesma imagem é possível perceber a representação de uma idealização do que seria uma relação entre mãe e filha (ANDRÉ, 2009), atentando também para as palavras “educar” e “crescer”, que aludem também a esta ideia de relacionamento familiar, que se tentou reconstruir no Brasil. Esta relação se baseava no devotamento filial, que de acordo com Benedict (1972), tinha como preceitos passar as responsabilidades do chefe de família ao primogênito, que tinha como obrigação educar seus filhos e sustentá-los, assim como continuar com os negócios da família e com as tradições passadas de geração a geração. Como explica André (2011), este conceito de família japonesa se modifica no Brasil, pois a necessidade de estudo e trabalho fora da propriedade para alcançar o prestígio social desestabilizava a ideia de família linear atrelada à propriedade.

Esta imagem, em diálogo com a mensagem “Um século de conquistas conjuntas”, representa duas gerações da comunidade japonesa, a segunda, desempenhada pela mulher mais velha que atua como mãe da garota representante da terceira geração. Ambas aparecem com vestimentas cotidianas, que pode ser interpretado como uma representação da “assimilação” ou “integração” da cultural ocidental. O abraço também alude a uma relação harmônica de acolhimento e segurança passado pela ressignificação do abraço materno, assim como a história pública se refere ao “acolhimento” por parte dos brasileiros aos trabalhadores japoneses. As cores são também de grande importância, ela comunica e constrói significados, segundo Silva (2011). Nesta mesma imagem, o rosa claro na roupa da figura materna traz uma sensação de harmonia e serenidade, e o amarelo claro da camiseta da “filha”, uma sensação de alegria. Estas cores, além de seus significados, chamam a atenção do espectador, pois são cores primárias e se contrapostas causam esse efeito. Outra cor importante nesta propaganda é o vermelho da faixa inferior, que além de referenciar a bandeira do Japão, também em relação ao branco se destaca e faz destacar, tanto o texto como a publicidade. Como explica Silva (2011, p. 127),

Os profissionais gráficos utilizam estudos baseado na física newtoniana para determinar que cores estimulam mais rapidamente a retina (caso do vermelho) [...] a mídia é extremamente cuidadosa em produzir mensagens fluidas de forma que o próprio meio e os códigos utilizados não sejam questionados no ato da leitura.

Nesta mesma publicidade, ainda é possível notar, na faixa em vermelho, ideogramas diversos, o *origami*<sup>20</sup> e as flores de cerejeiras. Estes elementos podem ser interpretados no contexto de análise da propaganda como elementos constituintes da cultura japonesa, entendidos como parte de uma tradição exótica. Apenas a dobradura é destacada os outros dois aspectos servem como plano de fundo, mas envoltos de significados no consciente do leitor/ consumidor, como sugere Fabiano (2009).

Outro elemento presente na publicidade (Imagem 1) é o símbolo do Imin 100, que remete ao discurso harmônico Brasil-Japão. Além disso, mais ao fundo, no canto superior direito, percebe-se a representação das flores de cerejeira, “símbolo” do Japão, ao fundo destas flores estão as cores verde e amarelo que remetem à bandeira do Brasil.

### Imagem 3

**P r o s p e r i d a d e**

**Os sonhos são os mesmos. O jeito de dizer que é um pouco diferente.**

Há 100 anos, os primeiros imigrantes japoneses achavam que traziam apenas suas bagagens para o Brasil. Eles trouxeram muito mais. Hoje é difícil imaginar nossa cultura sem a presença dos japoneses e seus descendentes. Da gastronomia ao comportamento, sua influência é marcante. Aprendemos um pouco da sua determinação, disciplina, educação, honestidade e incontáveis outras contribuições que transformaram o Brasil no país mais japonês do mundo além do Japão. Parece que os japoneses foram feitos para o Brasil.

Homenagem do Itaú aos 100 anos da imigração japonesa.

[www.itaú.co.jp](http://www.itaú.co.jp)

**Itaú** feito para você

(PARANÁ Shimbun, outubro de 2008, p. 1, CAPA).

<sup>20</sup> Dobradura japonesa.

Já na Imagem 3, o texto aparece possivelmente como um título, ao lado esquerdo com a palavra “prosperidade” em amarelo e, no meio, o ideograma japonês da palavra prosperidade e um texto com mais um título, “Os sonhos são os mesmos. O jeito de dizer que é um pouco diferente” também escrito em amarelo. Já o texto, em letras brancas, segue um pouco mais longo:

Há 100 anos, os primeiros imigrantes japoneses achavam que traziam apenas suas bagagens para o Brasil. Eles trouxeram muito mais. Hoje é difícil imaginar nossa cultura sem a presença dos japoneses e seus descendentes. Da gastronomia ao comportamento, sua influência é marcante. Aprendemos um pouco da sua determinação, disciplina, educação, honestidade e incontáveis outras contribuições que transformaram o Brasil no país mais japonês do mundo além do Japão. Parece que os japoneses foram feitos para o Brasil. Homenagem do Itaú aos 100 anos da imigração japonesa. (Imagem 3)

O ideograma japonês de prosperidade é recortado numa forma de *Kirikami*<sup>21</sup> de um papel alaranjado. O diálogo que a imagem e o texto faz trazem a ideia de que o nikkei e sua “cultura” estão “por trás” do desenvolvimento do Banco Itaú, que também é influenciado pelos aspectos da cultura japonesa estereotipada descrita no texto: “[...] determinação, disciplina, educação, honestidade”, que podem influenciar na construção de um imaginário sobre o elemento explorado pela publicidade, neste caso trata-se do nikkei. Como destaca Romanello (2008), os valores reconstruídos e veiculados nos meios de comunicação acabam influenciando as concepções e a construção do imaginário social. Também pode-se relacionar estas palavras aos discursos do século XX que eram a favor da imigração japonesa.

Como o ideograma o banco é considerado lugar de prosperidade que, na cor amarela pode representar a “vitória” econômica, segundo Silva (2011). Assim, a imagem aqui construída é a de que o nikkei com sua “cultura tradicional” e influenciadora da ocidental, vem reconstruindo há cem anos uma relação harmônica de trocas culturais, além de trazer a ideia de que todos os nikkeis ascenderam socialmente, contrapondo-se ao fato de existir, por exemplo, pobres entre nikkeis. O uso do ideograma pode trazer também a ideia do estereótipo de que todos nipo-brasileiros “sabem” a língua japonesa, sugerindo, ao mesmo tempo, o peso da tradição que passava, nesse sentido, pela língua.

---

<sup>21</sup> Arte japonesa de recortar papel.



Imagem 4

A Sercomtel tem paixão pela cultura japonesa.

E hoje queremos agradecer toda a sua contribuição para o crescimento de Londrina.

Há 100 anos, começava uma linda história de integração entre duas culturas, a japonesa e a brasileira. Os japoneses escolheram Londrina, uma cidade acolhedora e de gente trabalhadora, para viver. Dia após dia, a disciplina e a dedicação dos imigrantes da terra do sol nascente contribuíram para o desenvolvimento da cidade. E como não poderia ser diferente, cresceu também a amizade entre os dois povos. De um sorriso, nasceu uma trajetória de sucesso. De duas culturas, surgiu a certeza de que tudo que é bom pode ser ainda melhor. E mesmo quando a emoção deixa a gente sem palavras, toda a gratidão que sentimos pode ser resumida em apenas duas:

muito obrigado.

Tamari Makihara. 4 gerações de paixão pela nossa terra.

Sercomtel

Paixão pela terra

(PARANÁ Shimbun, junho de 2008, p. 10)

Na imagem 4, os textos são escritos em branco com fundo vermelho. O título destacado pelas letras, maiores e acima de todos os outros, traz a mensagem: “A Sercomtel

tem paixão pela cultura japonesa”; logo abaixo, com letras menores, parecendo um subtítulo: “E hoje queremos agradecer toda a sua contribuição para o crescimento de Londrina”. No título e subtítulo, pode-se perceber que a fonte utilizada remete a uma caligrafia à mão, que assemelha-se com um título dado à uma fotografia em um álbum de família, ou seja trazendo também um significado familiar nestas mensagens. Há também o texto:

Há 100 anos, começava uma linda história de integração entre duas culturas, a japonesa e a brasileira. Os japoneses escolheram Londrina, uma cidade acolhedora e de gente trabalhadora, para viver. Dia após dia, a disciplina e a dedicação dos imigrantes da terra do sol nascente, contribuíram para o desenvolvimento da cidade. E como não poderia ser diferente, cresceu também a amizade entre dois povos. De um sonho, nasceu uma trajetória de sucesso. De duas culturas, surgiu a certeza de que tudo que é bom pode ser ainda melhor. E mesmo quando a emoção deixa a gente sem palavras, toda a gratidão que sentimos pode ser resumida em apenas duas palavras: muito obrigado. (Imagem 4)

A imagem utilizada representa uma idealização de família nikkei Ali, possivelmente, estão presente quatro gerações representadas por seis pessoas, todas nikkeis. A senhora mais velha, aparece sentada no primeiro plano junto com a sua “neta” mais nova e seu “neto” logo atrás, seguindo pelas outras gerações, a segunda mais ao fundo retratada pelo casal de meia-idade do lado esquerdo da imagem e a terceira, ao lado direito da senhora sentada, representada por um casal mais jovem. Esta “foto de família” tem como plano de fundo o meio urbano parecido com um bairro familiar, apresentando também um Ipê rosa logo ao lado da família, trata-se de um símbolo do Brasil. Em diálogo com o texto, a figura da família se identifica com a palavra “acolhedora” e “integração”, pois trata-se de uma representação que permeia no imaginário familista inerente à cultura japonesa (bem como à sociedade patriarcal brasileira) (ANDRÉ, 2009). Sugere-se a ideia de que a empresa e os imigrantes nipo-brasileiros fazem parte da família “Londrina”. As cores utilizadas, o branco e o vermelho, além de trazerem o contraste que leva ao destaque (SILVA, 2011), também remetem à bandeira japonesa.

Voltando ao texto, é perceptível que a história publicada não traz nenhum conflito, sendo construída por duas culturas muito “boas” unidas por uma “amizade” surreal sem discordâncias do qual se originou uma “trajetória” linear de “sucesso”. Neste texto fica evidente também os estereótipos aplicados ao nikkei, como o caráter de “disciplina”, característica atribuída ao imigrante japonês que vinha de uma sociedade hierarquizada, e em sua tradição prezava a autodisciplina como competência individual (BENEDICT,1972),

entretanto mesmo com o passar do tempo e com a aculturação dos imigrantes, esta visão continuou a ser aplicada.

### Imagem 5

**Pode não aparentar,  
mas Kevin Hamasaki tem 100 anos.**

A história dos japoneses no Brasil completou 100 anos. Quando os primeiros imigrantes desembarcaram em 18 de junho de 1908, começavam uma história de desafios e conquistas e uma amizade com o Bradesco, que ficou ainda mais forte com o passar dos anos. Hoje, o Bradesco tem muito orgulho de fazer parte da vida de muitos desses descendentes. Até mesmo daqueles que ainda estão dando os primeiros passos na vida, como o Kevin.

**100 anos de imigração japonesa no Brasil.  
O Bradesco faz parte dessa história.**

No Brasil: Espaço Nikkei | No Japão: Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ

**Bradesco completo**

[www.bradesconikkei.com.br](http://www.bradesconikkei.com.br)

**Bradesco**

(PARANÁ Shimbun, junho de 2008, p. 7 Edição Especial)

Assim como aborda André (2009), esta propaganda representa a “[...] combinação da tradição ao moderno [...]”, uma visão estereotipada do Oriente, visto em diversos meios de comunicação, como a própria propaganda acima. O texto tem como título destacado em negrito: “Pode não aparentar, mas Kevin Hamasaki tem 100 anos”. Os 100 anos atribuídos ao garoto que representa Kevin aludem à ideia de “estático e veloz”, em conjunto com os outros dois elementos também citados por André (2009). Essa característica de modernidade e tecnologia atribuída ao nipo-brasileiro é representado na imagem, num ponto privilegiado da

fotografia, por um robô, já a tradição pode ser vista na moldura feita com *hashis*<sup>22</sup>. A cor vermelha, presente na maioria das propagandas analisadas, é uma cor de realce que faz destacar o nome da agência bancária escrito em branco, bem como a própria bandeira do Japão.

O texto refere-se aos “100 anos de amizade” entre o Brasil e o Japão. O banco anunciante teria feito parte desta relação:

A história dos japoneses no Brasil completou 100 anos. Quando os primeiros imigrantes desembarcaram em 18 de junho de 1908, começavam uma história de desafios e conquistas e uma amizade com o Bradesco, que ficou ainda mais forte com o passar dos anos. Hoje, o Bradesco tem muito orgulho de fazer parte da vida de muitos desses descendentes. Até mesmo daqueles que ainda estão dando os primeiros passos na vida, como o Kevin.

100 anos de imigração japonesa no Brasil. O Bradesco faz parte dessa história.  
(Imagem 5)

A memória oficializada no discurso da propaganda era o de que os cem anos foram árduos, mas “conquistados” e tiveram a relação de amizade fortificada pelo tempo, cabia não só no que se refere ao Brasil, mas também à agência Bradesco. Os estereótipos desta publicidade acabam lidando com valores e estereótipos aplicados à identidade nikkei.

### 3.4 Síntese da análise

A partir da análise das propagandas acima, pode-se perceber que o discurso harmônico se referia tanto à relação de amizade entre o Brasil e o Japão, quanto à reconstrução da tradição japonesa pelas gerações durante os 100 anos que se passaram desde a chegada oficial dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil. Não se resumindo em dizer que a tradição continua a ser passada, as propagandas vão ainda mais fundo, pelo que foi interpretado, uma vez que reconstruam a ideia de que a cultura japonesa teria sido integrada pelo brasileiro, e não o contrário, parecendo que não foi uma troca cultural, mas que o Brasil foi quem “recebeu” alguns aspectos da cultura japonesa, e assim pode melhorar a sua.

Os aspectos culturais explorados nestas propagandas parecem revalorizar os estereótipos atribuídos desde o século XX ao nikkei, como “trabalhador”, “disciplinado” e “honesto”. Estas qualidades no século passado eram utilizadas para que a mão de obra japonesa fosse aceita no país, já que muitos discursos eram contrários à vinda dos imigrantes orientais, como foi explorado no capítulo dois desta pesquisa. Assim, podemos também

---

<sup>22</sup> “Pauzinho(m) [de comer]” (HINATA, 2005,p.112)

perceber que a história publicada nestes meios de comunicação se contrapõe tanto no que se refere às identidades quanto em relação à história silenciada pelo discurso harmônico da festividade.

## **Considerações Finais**

No decorrer dos capítulos, pretendeu-se abordar sobre a identidade nikkei e suas reconstruções ao longo da festividade. Buscou-se refletir sobre a relação entre memória e identidade. Percebe-se que a “reconstrução” de uma memória harmônica implica ressignificações oriundas de “jogos de interesse”. Os discursos veiculados no decorrer da festividade de 2008 conflitavam com o silêncio das memórias daqueles que tiveram sua história pública obliterada pela festividade. Esses silêncios, quando revelados, podem trazer à tona uma história de conflitos que, durante uma tentativa de “homogeneização”, que sugerem a complexidade dos participantes da história social.

Acredito que este trabalho seja apenas uma pequena contribuição para a história dos imigrantes japoneses do Paraná, mas trata-se de uma grande experiência ao permitir trabalhar com a história do tempo presente que trouxe com seus desafios a vontade de investigar cada vez mais a fundo o que os discursos harmônicos silenciam, questionando e tentando “desconstruir” as ditas “realidade dos fatos” que, por vezes, trazem seus interesses incutidos em belos discursos. É possível projetar novas questões relacionadas a este mesmo assunto, pois não foi possível responder a todas as indagações levantadas, apenas levantar novos questionamentos e investigações.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Richard Gonçalves. A imigração japonesa no Brasil: história e memória, fronteiras e interpenetrações. *História e-história*, v. 1, p. 1-21, 2009.

\_\_\_\_\_. **Religião e silêncio**: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assai por meio de túmulos (1932 – 1950). 2011. 252 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. Entre o contexto e a linguagem: o discurso fotográfico e a pesquisa histórica. **Domínios da imagem**, Londrina, Ano III, n. 5, p. 153- 162, nov. 2009.

ASARI, Alice Yatiyo. “... **E eu só queria voltar ao Japão**” (colonos japoneses em Assai). 1992. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès (Org). **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 127-130.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 83-200.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67- 89.

\_\_\_\_\_. O testemunho das imagens. In: **Testemunha ocular**: História e imagem. Bauru- SP: EDUSC, 2004. p. 11- 24.

DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita. História do Paraná Shimbun. **VIII Encontro nacional de História da Mídia**. Unicentro, Guarapuava-PR, 2011.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878 – 1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FABIANO, Luiz Hermenegildo. Narrativas publicitárias: mídia e formação social. In: SILVA, Ana Cristina Teodoro da; NEVES, Fátima Maria; MESTI, Regina Lúcia (Orgs.). **Educação, comunicação e mídia**. Maringá: Eduem, 2009. p. 45 - 58.

FUNARI, P.P.A. Identidades fluídas. In: **Identidades fluídas no Judaísmo Antigo e no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Ed. Annablume, 2010. p.11-14.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz, 1987.

HINATA, Noemia. **Dicionário japonês-português romanizado**. Japão: Kashiwashobo, 2005. p. 135 e 373.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LOSNAK, Marcos; IVANO, Rogério. **Lavrador de imagens**: uma biografia de Haruo Ohara. Londrina: S.H. Ohara, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 11- 50.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.



MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira:** Londrina, 1930/1958. 2002. 219p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

NONACA, Cláudio. **Mostra fotográfica:** Imin 100 Londrina. Londrina, 2008.

OGUIDO, Homero. **De Imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná.** Curitiba: Escola Atual, 1988.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: **Cultura brasileira e identidade nacional.** 2. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986. p. 7-35.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 13- 36.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès (Org). **Questões para a história do presente.** Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROMANELLO, Jorge Luiz. A pedagogia das revistas. In: SILVA, Ana Cristina Teodoro da; NEVES, Fátima Maria; MESTI, Regina Lúcia (Org.). **Educação, comunicação e mídia.** Maringá: Eduem, 2009. p.107-120.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908 – 1941). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América:** a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 201- 238.

SANDMANN, Antônio. Propaganda e ideologia. In: **A Linguagem da propaganda.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 34- 44.

SETO, Claudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi**: caminhos percorridos. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. **Temporalidades em imagens de imprensa**: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos. Maringá: Eduem, 2011.

SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: **Ensaaios sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1981. p. 3-24.

THOMPSON, Paul. A entrevista. In: **A Voz do passado: história oral**. São Paulo : Ed. Paz e Terra, 1992. p.254-278.

## **Fontes**

Entrevista realizada por Richard André, 2010.

Entrevistas realizada por Naira Saiki Silva, 2013.

## **Publicidades**

Publicidade, **Paraná Shimbun**, fev. 2008, p. 3 (Caderno Geral).

Publicidade, **Paraná Shimbun**, out. 2008 , p. 1 (Caderno Geral).

Publicidade, **Paraná Shimbun**, jun. 2008, p. 10 (Caderno Geral).

Publicidade, **Paraná Shimbun**, jun. 2008, p. 7 (Edição Especial)

## **Artigos do Paraná Shimbun**

RUMO ao Imin 100. **Paraná Shimbun**, Londrina, 13 a 19 de out. 2007. Suplemento, p. 5.

AOS 73 ANOS, Londrina se prepara para o Imin 100. **Paraná Shimbun**, Londrina, 10 dez 2007. Edição Especial, p. 3.

PARQUE Yumê recebe R\$ 9, 75 milhões. **Paraná Shimbun**, Londrina, 08 a 14 dez. 2007. Caderno Geral, p. 1.

PARANÁ tem grandes projetos em andamento. **Paraná Shimbun**, Londrina, 19 a 25 jan 2008. Caderno Geral, p. 3.

ELORZA, Telma. Briga de egos decreta fim da Feira Internacional Brasil-Japão. **Paraná Shimbun**, Londrina, 12 a 18 abr. 2008. Caderno Geral, p. 3.

\_\_\_\_\_. Cônsul desmente versão de Sílvio Barros. **Paraná Shimbun**, Londrina, 12 a 18 abril 2008. Caderno Geral, p. 3.

NO IMIN 100, Paraná Shimbun chega aos 60 anos com novidades. **Paraná Shimbun**, Londrina, 10 a 16 maio 2008. Caderno Geral, p. 3.

YOKOHAMA, Cintia. Professora nikkei dá a lição de dedicação. **Paraná Shimbun**, Londrina, 21 a 27 jun. 2008. Caderno principal, p. 3.

ÍNTEGRA do discurso do príncipe Naruhito no Imin em Rolândia. **Paraná Shimbun**, Londrina, 28 jun 2008. Edição Especial, p. 5.

ÍNTEGRA do discurso do governador Roberto Requião. **Paraná Shimbun**, Londrina, 28 jun 2008. Edição Especial, p. 5.

VICE-PRESIDENTE destaca contribuição dos japoneses no Brasil. **Paraná Shimbun**, Londrina, 28 jun. 2008. Edição Especial, p. 6.